



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RETORNOS

Processo nº 50615.001596/2023-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para **Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA**, Eixo Principal, **Trecho: ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI**, **Subtrecho: AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS**, **Segmento: Km 5,0 ao km 8,0; Pontos Localizados: km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para o melhoramento do acesso ao bairro Maracanã), município de São Luís/MA**, sob jurisdição da Unidade Local de Pedrinhas - MA e coordenação da Superintendência Regional no Estado do Maranhão – SRMA/DNIT, no âmbito do **Projeto Executivo aprovado pela Portaria nº 2334/2024 (SEI nº 17761787)** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

LOTE	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
Único	22896	Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA , Eixo Principal, Trecho: ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI , Subtrecho: AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS , Segmento: Km 5,0 ao km 8,0; Pontos Localizados: km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para o melhoramento do acesso ao bairro Maracanã), município de São Luís/MA .	Obra	01	R\$ 10.207.991,30	R\$ 10.207.991,30

1.2. O(s) serviço(s) objeto da pretendida contratação são caracterizados como OBRAS, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar 4. vii) (SEI nº 15873505)**, em conformidade com art. 6º, incisos XII da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

1.3. Definições/Informações Essenciais da Contratação:

Superintendência:	Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão
Jurisdição:	Unidade Local de Pedrinhas/MA
Objeto:	Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA, Locais: km 5,50 e km 7,50, Lote: Único
Rodovia:	BR-135/MA
Trecho:	ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI
Subtrecho:	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS
Pontos localizados:	km 5,5 (retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (retorno para o melhoramento do acesso ao bairro Maracanã)
Código do SNV:	135BMA0020 e 135BMA0030
Versão do SNV:	(SNV 202504A)
Orçamento:	R\$ 10.207.991,30 (dez milhões, duzentos e sete mil, novecentos e noventa e um reais e trinta centavos)
Referência:	SICRO/MA e SINAPI/MA
Data-base:	ABRIL/2025 (Sem desoneração)
BDI:	29,51% e 15,00%

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses consecutivos**, podendo ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O marco inicial de contagem da vigência será a assinatura do contrato ou a data indicada no instrumento contratual, ainda que anterior ou posterior à publicação do extrato no Diário Oficial da União, de que trata o art. 94, caput, da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6. O prazo de execução do contrato é de **6 (seis) meses consecutivos**. O marco inicial da contagem da execução será da “**Ordem de Início de Serviço**”, dada pela área gestora do contrato ou pela Superintendência Regional do DNIT no Estado Maranhão.

1.7. Em virtude das concessões de Rodovias Federais que estão sendo planejadas pelo Governo Federal, o contrato posteriormente firmado poderá ser rescindido ou ter segmentos, inicialmente previstos, suprimidos por interesse da Administração antes do prazo de encerramento previsto, sem direito a qualquer tipo de reivindicação pela empresa contratada e sem qualquer ônus ao DNIT.

1.8. Quanto à vantagemidade da **divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas** para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala: Não se aplica. O não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto conforme Súmula 247 – TCU/2007, já que a divisão do mesmo acarretaria no acréscimo de custos ao objeto, especialmente, aqueles atinentes à mobilização e desmobilização das equipes, às instalações e manutenções do canteiro de obras e à administração local. Assim, entende-se que o parcelamento do objeto não é vantajoso para a administração, pois as atividades que serão executadas se complementam, não sendo, portanto, tecnicamente viável sua divisão, devendo as atividades ser executadas de forma conjunta. Logo, a contratação única gera:

- Ganhos de produtividade com encadeamento das atividades;
- Otimização da gestão do conhecimento;
- Mitigação dos riscos de descontinuidade da contratação. O parcelamento poderia resultar no fracasso de alguns itens e sucesso de outros, o que comprometeria sobremaneira a sequência de execução dos serviços, podendo ainda, resultar em prejuízo ao erário, na hipótese de inutilização de uma das etapas da licitação;
- Possibilidade de ganhos significativos, haja vista a redução do tempo gasto na transmissão do conhecimento e possíveis adaptações ao projeto a ser executado; e
- Maior potencial de ganho de economia de escala e a centralização das informações, no nível que se pretende, pois facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços.

1.9. **Desapropriações:** a necessidade de desapropriação é vinculada ao projeto geométrico executivo aprovado por se tratarem de obras de melhoramentos previstos para ocorrerem juntamente com restauração de rodovias, destinando-se a adequação das vias às normas técnicas do DNIT, visando resolver problemas operacionais por meio da

adequação e implantação de retornos a serem executados integralmente internos ou abrangendo as áreas laterais adjacentes à faixa de domínio.

1.10. **Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental:** Dispensado conforme art. 3º, III da [Instrução Normativa/DG nº 63 de 17/09/2021](#): "para obras de manutenção de infraestrutura de transportes, por ser dever da União a manutenção dos bens públicos, não é necessária a realização de Estudos de Viabilidade."

1.11. **Audiência Pública do Art. 21. da lei 14.133/21:** Dispensada, em função do valor dos serviços a serem licitados.

1.12. **Contato do Responsável pelo Termo de Referência:** Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos - wallace.lobes@dnit.gov.br. Tel.: (98) 2107-4034/4554.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A rodovia federal BR-135 é uma rodovia brasileira que liga a capital do meio norte do Brasil São Luís/Maranhão à capital Belo Horizonte/Minas Gerais, sendo concorrente com a BR-040 entre o entroncamento das duas rodovias em Paraopeba e Belo Horizonte, no estado mineiro.

2.2. A BR-135/MA é de grande importância para o sistema rodoviário regional. Além de ser a única via de acesso rodoviário à cidade de São Luís, conectando-a ao resto do continente, é o eixo estruturador do polo industrial localizado na capital maranhense, sendo essencial ao escoamento da produção agrícola da região do MATOPIBA – formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – até o Porto de Itaqui (MA). A rodovia é vital para o desenvolvimento socioeconômico do estado e do Nordeste brasileiro.

2.3. O objeto da presente contratação é a escolha da proposta mais vantajosa com vistas à contratação de obra de engenharia, notadamente a execução das Obras de **Eliminação de Pontos Críticos em segmento da rodovia federal BR-135/MA**, que inclui a implantação e pavimentação de 2 (dois) Retornos rodoviários, sendo o primeiro situado no km 5,5 (retorno para o Posto Maracanã) e o segundo no km 7,5 (retorno para melhoramento do acesso ao bairro Maracanã).

2.4. O Estudo Técnico Preliminar 32/2023 (SEI nº 15873505), que concluiu pela viabilidade da presente contratação, considerando necessária a intervenção proposta, apontara que:

"Este segmento em estudo da rodovia BR-135/MA se caracteriza por localizar em área urbana do município de São Luís/MA, com alto número de tráfego de veículos, além de travessias de pedestre e diversos meios de transporte. Especificamente nas localidades ora em comento (km 5,5 e 7,5), é possível constatar a confluência de movimentos de veículos e pedestres, sendo considerados pontos de perigo aos usuários e alto risco de acidentes.

Com base nas metodologias da Proposta de Programa para Tratamento de Segmentos Críticos do DNIT, consta que diversos segmentos da rodovia federal BR-135/MA apresentam criticidade notória, englobando, como proposta de solução, tanto "sinalização avançada" quanto "reabilitação viária". Destacamos que tal levantamento foi realizado em 2017, e o cenário, em termos de volume de tráfego, é hoje bastante superior.

O objetivo principal das intervenções propostas nos vindouros Projetos Executivos de Engenharia é reduzir a incidência e a criticidade dos acidentes, minimizando as causas da acidentalidade advindas da infraestrutura rodoviária por meio da proposição de soluções a partir da especificidade dos locais concentradores de acidentes, visando prioritariamente a preservação das vidas e a segurança dos usuários da rodovia.

Desta feita, é necessária a intervenção proposta no documento de formalização de demanda constante no processo."

2.5. Nessa seara, os segmentos em questão foram considerados Ponto Críticos, sendo estes caracterizados pela ocorrência de trechos que apresentam problemas de segurança viária, os chamados locais concentradores de acidentes. Os estudos de caracterização de segmentos críticos para os segmentos são apresentados nos documentos (SEI nº 8008466, 8008712, 8008726, 8008737).

2.6. Os estudos apresentados no Projeto Executivo de Engenharia, para tratamento dos segmentos críticos em questão, apontam que, no período compreendido entre os anos de 2015 a 2020, foram registrados 48 (quarenta e oito) ocorrências de acidentes no km 5,0 e 41 (quarenta e uma) no km 7,0, da BR 135/MA, sendo que, após o ano de 2016, observou-se uma elevação do número de acidentes nestes locais, que se manteve até 2020, com uma média de 25 registros de acidentes por ano.

2.7. O relatório dos estudos, citados no subitem 2.3.2., apresenta as causas e a localização destes acidentes nos trechos em questão, identificadas para que fosse possível realizar, nesses segmentos, tratamento com sinalização ostensiva e dispositivos de segurança. As pesquisas dos acidentes, realizadas de 2015 a 2020, e os estudos foram fundamentadas no levantamento e na análise dos registros de acidentes, segundo a tipologia, ocorridos nos referido locais.

2.8. A contratação de terceiros para execução dos serviços a serem licitados se dá em razão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não dispor de quadro de profissionais e equipamentos suficientes para execução direta, sendo usual, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada.

2.9. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

2.10. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir (art. 12, inciso VII e art. 18, caput, da Lei nº 14.133 de 2021; IN SEGES/ME nº 58, de 2022 e Decreto nº 10.947/22):

ID PCA no PNCP: 04892707002316-0-000011/2025;

Data de publicação no PNCP: 30/05/2025;

Id do item no PCA: 22;

Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;

Identificador da Futura Contratação: 393030-53/2025;

Número do Documento de Formalização da Demanda: 052/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução de Mercado exclusiva para a licitação em tela é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos em Segmento Rodoviário, cujo mercado é bastante amplo, como demonstra a série histórica das licitações anteriores, sempre com número significativo de participantes e ampla concorrência.

3.2. Os serviços necessários para atingir a solução desejada devem ser executados de acordo com as indicações constantes do Projeto Executivo, com base nos normativos e especificações de serviços vigentes por parte do DNIT pertinentes à execução da obra, bem como em consonância às Normas da ABNT/NBR específicas. As normas técnicas em vigor podem ser consultados publicamente nos manuais do DNIT por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>.

3.3. A estimativa das quantidades a serem contratadas está alinhada às definições e critérios técnicos estabelecidos pelo DNIT. Os preços referenciais que subsidiaram a elaboração do Orçamento Referencial são fundamentados a partir das composições de preços do SICRO e SINAPI, conforme previsão legal contida no [DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013](#), que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, tendo sua aplicação referente à licitação e à contratação direta de obras e serviços de engenharia disciplinadas pela Lei nº 14.133/21 devidamente autorizada por meio da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022](#).

3.4. Os serviços a serem realizados no presente projeto incluem:

Serviços de Terraplenagem;

Serviços de Pavimentação;

Serviços de Drenagem;

Sinalização Horizontal e Vertical;

Meio Ambiente (Hidrossemeadura e Recuperação ambiental);

Serviços Diversos.

3.5. Conforme Portaria nº 2334, de 09 de maio de 2024, publicada no Boletim Administrativo nº 90, de 10 de maio de 2024 (SEI nº 17761787), o Superintendente Regional da SRE-MA/DNIT aprova o Projeto Executivo de Engenharia para a Implantação dos Retornos nos km 5,5 e 7,5 da rodovia federal BR 135/MA.

3.6. Por meio Despacho (DNIT) CET - MA (SEI nº 17887334), o Coordenador de Engenharia Terrestre/SRE-MA, autoriza a elaboração do presente Termo de Referência visando a contratação de empresa especializada para a implantação e pavimentação dos referidos Retornos.

3.7. Nesse contexto, buscando a redução das ocorrências de acidentes, visando a preservar vidas, proporcionando de segurança aos usuários da rodovia nos segmentos do km 5,5 e km 7,5 da BR 135/MA, com um custo operacional adequado, foi projetado a implantação e pavimentação de 2 (dois) Retornos com taper's e pistas auxiliares que fazem reduzir os conflitos existentes e, com isto, o risco de acidentes, melhorando a capacidade da via, a velocidade e sobretudo o seu nível de serviço, visto que, de maneira macro, a realização dos serviços ora pleiteados constitui missão/objetivo desta Autarquia, conforme destacado no art. 80 da [Lei 10.233, de 05 de junho de 2001](#), além de se

basear no princípio da Administração de preservar o Patrimônio Público sob sua responsabilidade.

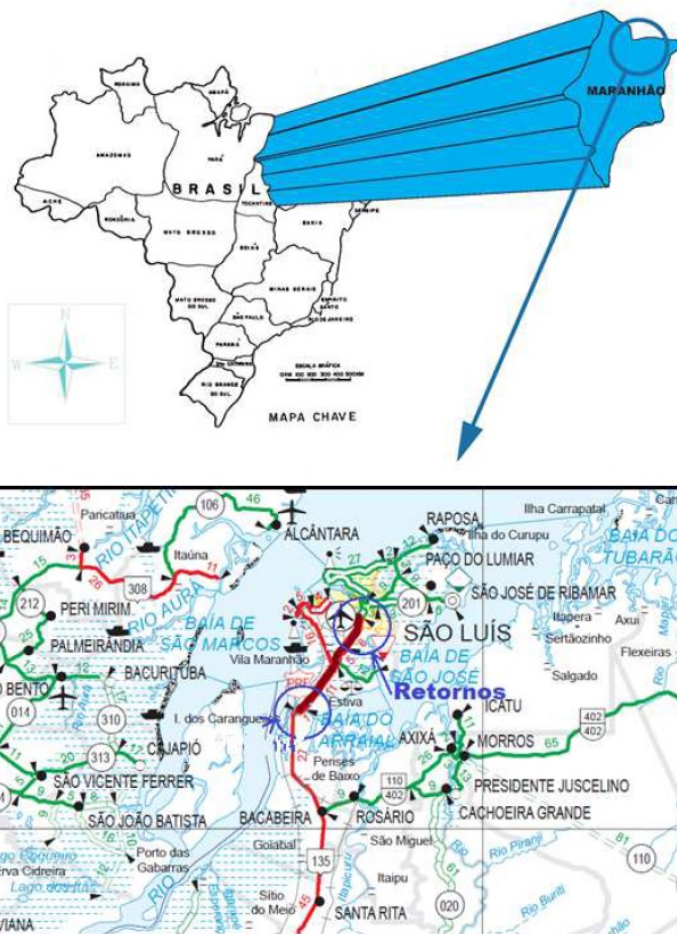
3.8. Conforme projeto executivo, não será necessário a execução de desapropriação para a implantação dos citados retornos.

3.9. O empreendimento não intercepta terra indígena, unidade de conservação e território quilombola.

3.10. A descrição da solução como um todo está definida no Projeto Executivo constante do processo SEI nº 50615.001596/2023-18, conforme SEI nº 17203337/24033560.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. MAPA DE LOCALIZAÇÃO (LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS)



LOTE ÚNICO - Implantação e Pavimentação de Retornos Rodoviários, Km 5,50 e Km 7,50 - Rodovia BR-135/MA

4.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa(s) especializada(s) para executar as OBRAS DE ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS, COM IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RETORNOS NA RODOVIA FEDERAL BR-135/MA, Eixo Principal, Trecho: ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI, Subtrecho: Acesso Aeroporto do Tirirical / Ponte Estreito dos Mosquitos, SEGMENTO: Km 5,0 ao km 8,0, Pontos Localizados: km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para melhoramento do acesso ao bairro Maracanã), a cargo do DNIT, sob a coordenação da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão.

4.2.2. Trata-se de serviços de natureza "não continuada".

4.2.3. Com o objetivo de proporcionar eficiência e segurança com um custo operacional adequado foi projetado neste relatório dois retornos com *taper's* e pistas auxiliares que fazem reduzir os conflitos existentes e com isto o risco de acidentes, melhorando a capacidade da via, velocidade e sobretudo o seu nível de serviço.

4.2.4. Quanto ao Projeto Geométrico dos Retornos foram tratados os assuntos referentes à fixação das características geométricas da plataforma, das alças dos retornos, pistas de aceleração e desaceleração e, em particular da pista de rolamento em função do tipo e classe da rodovia, buscando harmonizar o novo traçado já existente às novas condições de circulação.

4.2.5. Dentro das normas vigentes do DNIT, o projeto foi elaborado para uma região "plana". O movimento de terra concentra-se no escalonamento do corpo de aterro existente e o alargamento das vias, mormente para a execução das pistas de aceleração e desaceleração, considerando uma inclinação transversal de 2% (dois por cento) para dentro do canteiro.

4.2.6. Definido o projeto geométrico foi possível locar a cada 20m o eixo principal da rodovia a fim de caracterizar todas as intervenções e/ou pontos notáveis ao longo do traçado. Neste projeto são ainda indicados os bordos da pista e estacas iniciais e finais como também a localização dos dispositivos de drenagem. O relevo acha-se indicado por curvas de nível com equidistâncias de 1,00m.

4.2.7. Quanto ao Projeto de Terraplenagem no perfil geotécnico longitudinal, estudado "in loco", identificou-se a natureza do terreno e da estrutura existente, sendo possível uma análise detalhada da constituição de cortes e/ou aterros, em suas diversas camadas. Em cada local onde foi previsto um retorno (projeto geométrico) foi realizado um ensaio para a caracterização do subleito e por se tratar de um projeto de correção geométrica, optou-se em adotar o mesmo tipo de material para compor a camada de subleito, prevendo uma estrutura similar a existente, na estrutura da pavimentação (base e sub-base).

4.2.8. Para a execução da estrutura dos aterros deverá ser utilizado material de 1ª (primeira) e/ou de 2ª (segunda) categoria, oriundos de empréstimos concentrados que apresentem ISC > 4% e expansão < 2%. Para as camadas de aterro compreendidas nos 60cm (sessenta centímetros) abaixo do greide do subleito, recomenda-se que sejam compactados a 100% do proctor normal e o ISC > aquele que foi previsto no projeto de pavimentação.

4.2.9. Para o aterro foi adotado a largura da via conforme nota de serviço com folga de 0,50m (cinquenta centímetros) para cada lado com declividade transversal de 2%, tendo um talude com inclinação de 2/3 (V.H). Os taludes deverão ser revestidos com revestimento vegetal com sementeira manual e/ou com hidro-sementeira.

4.2.10. O trajeto desenvolve-se pela rodovia BR-135/MA, partindo do km 6,45 (no bairro Maracanã) indo até o entroncamento (km 12,40) de acesso ao Porto Itaqui (Bairro Pedrinhas). Deste segue no sentido para o Porto Itaqui até o km 5,13, chega-se ao local onde por uma estrada carroçável (revestimento primário) segue até a jazida J-1 (material para aterro e pavimentação) por uma extensão de 3,70km. Considerou-se para a determinação das distâncias de transporte o ponto médio do projeto geométrico (km 6,45) do retorno e o centro de massas da jazida indicada.

4.2.11. Quanto ao Projeto de Pavimentação por se tratar de um projeto de melhoria do acesso, alterando a localização do retorno atual para um outro local e também a adição de pistas auxiliares, inicialmente optou-se por considerar para a estrutura do pavimento, a mesma já existente independentemente do tráfego atual.

4.2.12. Realizada a contagem de tráfego no km 7,5 verificou-se que o número de solicitações de tráfego por eixo de 8,2t (número “N”) resultou em $1,38 \times 10^7$, desta forma sendo considerado um tráfego pesado para este segmento rodoviário.

4.2.13. Após levantamento de campo das espessuras das camadas constituintes do pavimento, pode-se concluir o que a espessura do pavimento a ser adotada para este projeto é a mesma encontrada “*in loco*”, conforme segue:

Subleito: 20cm;
Sub-base: 20cm;
Base: 20cm;
CБУQ faixa “B”: 5cm;
CБУQ faixa “C”: 5cm.

4.2.14. Para a concepção do projeto de drenagem, baseou-se nos dados fornecidos pelo estudo hidrológico e pelo projeto geométrico. Foram projetados: Sarjeta de Concreto – SCC, Descida d’água - DAR, Meio Fio com sarjeta – MFC 03, Entrada d’água – EDA 02, Entrada d’água – EDA 01 e Obra de Arte Corrente - BSTC.

4.2.15. O projeto de sinalização e de dispositivos de segurança por sua vez, consolidou as informações coletadas na fase dos levantamentos de campo e da análise do projeto geométrico, buscando identificar o comportamento dos condutores/veículos que buscarem acessar os retornos projetados. O projeto dividiu-se em: Projeto de Sinalização Horizontal, Projeto de Sinalização Vertical e Projeto de Dispositivos de Segurança.

4.2.16. Os custos relativos à Instalação e Manutenção de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização estão sendo apresentados conforme instrução constante no Manual de Custos – DNIT/2017.

4.2.17. A Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego estabelece as condições de trabalho na indústria da construção e define genericamente canteiro de obras como o conjunto de áreas destinadas à execução e apoio dos trabalhos da indústria da construção.

4.2.18. Os canteiros de obras são constituídos por áreas operacionais e edificações onde se desenvolvem atividades ligadas diretamente à produção e por área de vivência destinada a suprir as necessidades básicas de higiene pessoal.

4.2.19. A área máxima do Canteiro de Obras, considerada para fins de medição e pagamento será de **300,00 m²**, conforme critérios estabelecidos pelo Manual de Custos do SICRO. Caso a empresa vencedora do certame opte por aluguel de imóvel menor, mas que atenda as exigências da obra e da fiscalização, o pagamento será realizado de forma proporcional por metro quadrado, conforme composição.

4.2.20. A mobilização e a desmobilização dos serviços consistem em um conjunto de operações que o executor deve providenciar com o intuito de transportar seus recursos, em pessoal e equipamentos, até o local dos serviços, e fazê-los retornar ao seu ponto de origem ao término dos trabalhos.

4.2.21. Deve ser considerado como origem para mobilização o centro da capital estadual mais próxima, nesse caso São Luís, e como destino o local da administração dos serviços e canteiro..

4.2.22. A Administração Local compreende o conjunto de gastos com pessoal, materiais e equipamentos incorridos pelo executor no local do empreendimento e indispensáveis ao apoio e à condução dos serviços.

4.2.23. Os custos relativos à Administração Local estão sendo apresentados conforme instrução constante no Manual de Custos – Volume 8 – DNIT/2017. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

4.2.24. O Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.

4.2.25. Para a Administração Local foram consideradas a equipe fixa, equipe vinculada (demanda), equipe variável (demanda).

4.2.26. As quantidades constantes da planilha orçamentária são as estimadas para a execução das passarelas em questão, conforme apresentado no Projeto Executivo anexo a este Termo de Referência.

4.2.27. O DNIT se reserva o direito de exigir modificações que poderão acarretar em redução ou acréscimo de quantidades de serviços, dentro dos limites estabelecidos no Art. 125, da lei nº 14.133/2021, não cabendo ao contratado o direito a qualquer reclamação ou indenização.

0.0.1. A contratada deverá realizar os controles exigidos pelas especificações do DNIT, os quais serão de sua responsabilidade.

0.0.2. Os serviços serão medidos de acordo com a Instrução de Serviços/DNIT em vigência.

4.2.28. Informações adicionais podem ser encontradas no Relatório de Projeto Tratamento de Segmentos Críticos na Rodovia BR-135/MA.

4.3. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.3.1. É admitida. Conforme consta da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), art. 15, será admitida a participação de licitantes sob a forma de Consórcio. Logo, nesta licitação será acolhida a possibilidade de Consórcio, limitado **até 2 (duas) empresas**, tendo em vista a possibilidade de facilitar a composição de equipe técnica com expertise comprovada para atender às necessidades do projeto, além de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante, possibilitando a participação de empresas regionais com aumento da competitividade. Em caso de admissão de consórcio, este deverá ter uma administração única, que se dará através da empresa líder, obrigatoriamente uma empresa brasileira, objetivando a garantia da uniformidade técnica no desenvolvimento dos serviços.

4.3.2. É permitida a participação de empresas estrangeiras, que atendam às exigências do Edital e desse Termo de Referência e seus Anexos e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação. Essas empresas devem observar as exigências do Código Civil, [Lei nº 10.406/2002](#), arts. 1.134 a 1.141, do art. 66 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), bem como aos dispositivos da Instrução Normativa nº 6, de 24 de maio de 2019 e alterações posteriores.

4.4. SUBCONTRATAÇÃO

4.4.1. É admitida nos termos do Art. 122 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#). A critério exclusivo do DNIT, caso aprovado formalmente, o contratado poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar o(s) objeto(s) acessório(s), sendo vedada para o objeto principal da licitação, desde que o limite estabelecido seja de 30% do valor total do contrato, e desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

4.4.2. Entende-se por objeto principal da licitação aquele para o qual está se exigindo a qualificação técnico-operacional. Entende-se por objeto acessório na licitação aqueles definidos como sendo os residuais do objeto principal.

4.4.3. Deverá ficar demonstrado e documentado que a subcontratação somente abrangerá etapas dos serviços sem maior relevância, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

4.4.4. O DNIT se reserva ao direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

4.4.5. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela Administração. A contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

4.4.6. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o DNIT que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DNIT nos moldes do Art. 122, § 3º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#).

4.4.7. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.4.8. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.4.9. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o DNIT, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a

ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

4.4.10. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o DNIT e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Autarquia e a subcontratada, inclusive no que concerne à medição e pagamento direto a subcontratada.

4.5. **EXCLUSIVIDADE/ME - MICROEMPRESA/EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ART. 48, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006)**

4.5.1. Não aplicável, tendo em vista que a exclusividade de “Micro Empresas”, “Empresas de Pequeno Porte” ou “Consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte” não se enquadra ao objeto deste termo, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, abaixo transcrito, e suas alterações impostas pelo Decreto nº 10.273, de 13/03/2020, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal:

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ”.

4.6. **PARTICIPAÇÃO/ME - MICRO EMPRESA/EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

4.6.1. É aplicável, desde que atenda aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a redação da Lei Complementar 123/2006. Ademais, conforme aduz o art. 47 da Lei Complementar nº 147/2014, nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

4.7. **GARANTIA DO SERVIÇO**

4.7.1. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 da [LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](#) - Código Civil:

"Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo."

4.7.2. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no Edital e no Contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, conforme dispõe Art. 140, § 6º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#).

4.8. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.8.1. Deverá ser prestada garantia na forma prevista na [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46/DNIT SEDE, DE 19 DE AGOSTO DE 2021](#) ou na IN vigente na data de assinatura do contrato.

4.8.2. Para assinar o Contrato a ADJUDICATÁRIA deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste, a preços iniciais, sob pena de decair o direito à contratação, na forma prevista no Edital.

4.8.3. A ADJUDICATÁRIA prestará garantia em qualquer das modalidades adiante descritas, à sua escolha (art. 96 da Lei nº 14.133/21):

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.8.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8.5. No caso de opção pela modalidade "I - caução em dinheiro", o interessado deverá procurar a Tesouraria Central do DNIT, em Brasília/DF, para obter instruções de como efetua-la.

4.8.6. No caso de caução com "I - [...] Títulos da Dívida Pública", estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual informe sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

4.8.7. Para a prestação de garantia na modalidade "II - seguro-garantia", o prazo será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, §3º da Lei nº 14.133/21) e dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do DNIT, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/MA, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Autarquia.

4.8.8. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas, conforme dispõe o Art. 97, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

4.8.9. Caso a garantia se dê por "III - fiança bancária", esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, a critério da LICITANTE, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/MA, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Autarquia.

4.8.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827, do Código Civil.

4.8.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), como consta da [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46/DNIT SEDE, DE 19 DE AGOSTO DE 2021](#).

4.8.12. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração em promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

4.8.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração (art. 96, §2º, da Lei nº 14.133/21).

4.8.14. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias superior ao período de vigência contratual e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, conforme consta do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

4.8.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida (Art. 139, III da Lei nº 14.133/21):

- o ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução (não cumprimento do objeto do contrato e não adimplemento das obrigações nele previstas);
- o pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias não adimplidas pela contratada, quando cabível;
- o pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

4.8.16. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante, na forma do art. 120, da Lei nº 14.133/21; bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com o subcontratado pelo cumprimento das obrigações (art. 121, da Lei nº 14.133/21).

4.8.17. A inadimplência do CONTRATADO ou do SUBCONTRATADO com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao DNIT a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive, perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do Art. 121 da Lei nº 14.133/21.

4.8.18. A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

4.8.19. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.8.20. Antes da assinatura do contrato, serão anexadas aos autos, declarações impressas relativas à consulta online do SICAF, acerca da situação da licitante vencedora, que deverá ser repetida, todas as vezes, antes de cada pagamento dos serviços, ocorridos no decorrer da contratação. Havendo irregularidades, estas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, para que apresente justificativas e comprovação de regularidade, sob pena de decair direito e/ou enquadrar-se nos motivos ensejadores para

extinção do contrato.

4.8.21. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.8.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

4.8.23. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.8.24. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de Declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h.2." do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.8.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.9. GARANTIA ADICIONAL

4.9.1. Em razão da contratação de obras e serviços de engenharia, necessária a apresentação da garantia adicional da ADJUDICATÁRIA cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na forma do Art. 59, §5º da Lei nº 14.133/21.

4.10. VISTORIA

4.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

4.10.2. As vistorias técnicas serão realizadas em períodos a serem definidos pela Unidade Local do DNIT, sendo acompanhadas por um Engenheiro da mesma unidade que certificará a visita, expedindo o atestado de visita que contenha informações técnicas das obras.

4.10.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.4. Caso a licitante não queira participar da vistoria, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo, portanto, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para efetuar quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar avenças técnicas ou financeiras com o DNIT.

4.10.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. **Prazo de Execução do Contrato:** a execução do objeto será de **6 (seis) meses consecutivos** e o início da contagem do prazo de execução contratual se dá por ocasião da "Ordem de Início de Serviço" expedida pela Administração.

5.1.2. **Prazo de Vigência da Contratação:** a vigência contratual será de **12 (doze) meses consecutivos**, podendo ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021 e será iniciada com a assinatura do contrato ou na data nele indicada, ainda que anterior ou posterior à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de que trata o Art. 94 da Lei nº 14.133/21. Importa ressaltar que o prazo de vigência contratual deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual. Neste caso, em observância a Instrução Normativa nº 46/DNIT SEDE, de 19 de agosto de 2021 o prazo de vigência contratual deverá ser superior em 90 (noventa) dias ao prazo de execução contratual.

5.1.3. **Prorrogação da Vigência da Contratação:** na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, observado o Parágrafo único do Art. 111 da Lei nº 14133/21. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.1.4. **Ordem de Início de Serviço de Obra:** a Ordem de Início de Serviço para a Execução das Obras será dada pela área gestora do contrato ou pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, logo após a assinatura do contrato. A autoridade competente do DNIT expedirá a "Ordem de Início de Serviço" dentro do prazo máximo de **5 (cinco) dias consecutivos**, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se-á como expedida no último dia do mesmo prazo.

5.1.5. **Cronograma de realização dos serviços:** deverá ser aquele estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro proposto pela licitante.

5.1.6. A duração do contrato regido será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

SUPERINTENDÊNCIA:	Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão
OBJETO:	Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de 2 (dois) Retornos na Rodovia Federal BR-135/ MA, Lote: Único
RODOVIA:	BR-135/MA
TRECHO:	ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI
SUBTRECHO:	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS
SEGMENTO:	Km 5,0 ao km 8,0
Código do SNV:	135BMA0020 e 135BMA0030
LOCAL:	Pontos localizados: km 5,50 e km 7,50
JURISDIÇÃO:	Unidade Local de Pedrinhas/MA

5.3. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e devida qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3.2. Deverão ser considerados os requisitos concernentes ao projeto de engenharia, aos materiais, equipamentos, controle de qualidade, condições de conformidade e não conformidade, dentre outros critérios, satisfazendo aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

5.3.3. A execução de cada etapa deverá atender as Especificações do DNIT e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se integralmente atendidas durante todo o período do contrato.

5.4. DESCRIÇÃO DAS NORMAS E MANUAIS

5.4.1. Todos os Manuais, Normas e Especificações do DNIT serão exigidos integralmente à(s) empresa(s) construtora(s).

5.4.2. O licitante deverá obedecer às Normas e Instruções do DNIT cabíveis a cada item definido neste Termo de Referência, introduzindo as necessárias adequações e adaptações, considerando as particularidades e o objetivo dos serviços. As Instruções e Especificações de Serviço constantes de documentos do DNER e em vigor no DNIT, não deverão ser transcritas, bastando citá-las.

5.4.3. Todos os métodos de dimensionamento, forma de apresentação de documentos (planilhas, plantas, diagramas), materiais a serem empregados na obra e execução dos serviços deverão atender às especificações constantes nos manuais técnicos e normas vigentes do DNIT disponíveis no site <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>.

5.4.4. Em caso de conflito entre as Normas do DNIT e da ABNT, prevalecerão as prescrições das Normas da ABNT.

5.4.5. Para elementos de aço: pode-se considerar as normas estrangeiras.

5.4.6. Apresenta-se na sequência as principais Manuais, Instruções Normativas, Especificações/Procedimentos de Serviço e Normas Técnicas. Destaca-se que a lista abaixo não é exaustiva, devendo se aplicar todos os normativos técnicos e legislação pertinentes, em suas versões mais atuais.

5.4.7. Manuais

5.4.7.1. Defensas rodoviárias - DNER/1979

5.4.7.2. Procedimentos básicos de operação de rodovias - DNER/1997

5.4.7.3. Manual de Pavimentação - IPR 719 - DNIT/2006;

5.4.7.4. Manual de Conservação Rodoviária - IPR 710 - DNIT/2005;

5.4.7.5. Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos - IPR 720 - DNIT/2006;

5.4.7.6. Manual de Sinalização Rodoviária - Publicação IPR-743 (DNIT, 2010), nos casos em que o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN for omissos;

5.4.7.7. Manual de Projeto de Obras-de-Arte Especiais - DNER/1996;

5.4.7.8. Manual de Construção de Obras-de-Arte Especiais - DNER/1995;

5.4.7.9. Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias - IPR 730 - DNIT/2006;

5.4.7.10. Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambiental - IPR 711 - DNIT/2005;

5.4.7.11. Manual de Recuperação de Pavimentos Rígidos de 2010 - Publicação IPR - 737;

5.4.7.12. Manual para ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias federais - IPR 712 - DNIT/2005;

5.4.7.13. Instruções de proteção ambiental das faixas de domínio e lindeiras das rodovias federais - IPR 713 - DNIT/2005;

5.4.7.14. Manual de estudos de tráfego - IPR 723 - DNIT/2006;

5.4.7.15. Manual de drenagem de rodovias - IPR 724 - DNIT/2006;

5.4.7.16. Manual de acesso de propriedades marginais a rodovias federais - IPR 728 - DNIT/2006;

5.4.7.17. Manual de projeto geométrico de travessias urbanas - IPR 740 - DNIT/2010;

5.4.7.18. Diretrizes básicas para desapropriação - IPR 746 - DNIT/2022;

5.4.7.19. Manual de Sinalização de Obras e Emergências (Publicação IPR 738 - DNIT, 2010), nos casos em que os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do CONTRAN forem omissos;

5.4.7.20. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação - Resolução CONTRAN nº 180/2005;

5.4.7.21. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume II - Sinalização Vertical de Advertência - Resolução CONTRAN nº 243/2007;

5.4.7.22. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume III - Sinalização Vertical de Indicação - Resolução CONTRAN nº 486/2014;

5.4.7.23. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume IV - Sinalização Horizontal - Resolução CONTRAN nº 236/2007;

5.4.7.24. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume VII - Sinalização Temporária - Resolução CONTRAN nº 690/2017;

5.4.7.25. Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO (2017).

5.4.8. Instruções Normativas

5.4.8.1. Instrução Normativa nº 6/DNIT SEDE, de 24 de maio de 2019 (SEI nº 3270586), alterada pela Instrução Normativa nº 10/2019 (SEI nº 3882724) e Instrução Normativa nº 52/2021 (SEI nº 9124235);

5.4.8.2. Instrução Normativa nº 24/2020/DNIT SEDE, de 02 de julho de 2020 (SEI nº 5959697);

5.4.8.3. Instrução Normativa nº 25/2020/DNIT SEDE, de 27 de julho de 2020 (SEI nº 6124537);

5.4.8.4. Instrução Normativa nº 26/2021/DNIT SEDE, de 12 de maio de 2021 (SEI nº 8158422);

5.4.8.5. Instrução Normativa nº 37/DNIT SEDE, de 15 de julho de 2021 (SEI nº 8676809);

5.4.8.6. Instrução Normativa nº 39/DNIT SEDE, de 28 de julho de 2021 (SEI nº 8777539);

5.4.8.7. Instrução Normativa nº 44/DNIT SEDE, de 16 de agosto de 2021 (SEI nº 8937716);

5.4.8.8. Instrução Normativa nº 46, de 19 de agosto de 2021 (SEI nº 8950756), alterada pela [Instrução Normativa nº 4/DNIT SEDE, de 15 de março de 2023](#);

5.4.8.9. Instrução Normativa nº 53/DNIT SEDE, de 03 de setembro de 2021 (SEI nº 9126949);

5.4.8.10. Instrução Normativa nº 55/DNIT SEDE, de 09 de setembro de 2021 (SEI nº 9161841);

5.4.8.11. Instrução Normativa nº 57/DNIT SEDE, de 14 de setembro de 2021 (SEI nº 9195629);

5.4.8.12. Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733);

5.4.8.13. Instrução Normativa nº 61/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9244340);

5.4.8.14. Instrução Normativa nº 62/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9245343);

5.4.8.15. Instrução Normativa nº 64/DNIT SEDE, de 23 de setembro de 2021 (SEI nº 9286187);

5.4.8.16. Instrução Normativa nº 65/DNIT SEDE, de 07 de outubro de 2021 (SEI nº 9396996);

5.4.8.17. Instrução Normativa nº 67/DNIT SEDE, de 07 de outubro de 2021 (SEI nº 9397374), alterada pela Instrução Normativa nº 16/2022 (SEI nº 11711285) e [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/DNIT SEDE, DE 25 DE JANEIRO DE 2023](#) (SEI nº 13564339);

5.4.8.18. Instrução Normativa nº 69/DNIT SEDE, de 13 de outubro de 2021 (SEI nº 9452916),

5.4.8.19. Instrução Normativa nº 2/DNIT SEDE, de 04 de fevereiro de 2022 (SEI nº 10442382);

5.4.8.20. Instrução Normativa nº 7/DNIT SEDE, de 11 de abril de 2022 (SEI nº 11047379);

5.4.8.21. Instrução Normativa nº 8, de 26 de abril de 2022 (SEI nº 11154400);

5.4.8.22. Instrução Normativa nº 9, de 26 de abril de 2022 (SEI nº 11172279);

5.4.8.23. Instrução Normativa nº 12, de 8 de junho de 2022 (SEI nº 11601134);

5.4.8.24. Instrução Normativa nº 17, de 15 de agosto de 2022 (SEI nº 12172452);

- 5.4.8.25. Instrução Normativa SEGES/ME nº 05, de 26 de maio de 2017 (no que couber);
- 5.4.8.26. Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022;
- 5.4.8.27. Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020;
- 5.4.8.28. Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022;
- 5.4.8.29. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- 5.4.8.30. Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022;
- 5.4.8.31. Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022;
- 5.4.8.32. [Instrução Normativa nº 1, de 24 de janeiro de 2023](#) (SEI nº 13546239);
- 5.4.8.33. [Instrução Normativa nº 4 de 15 de março de 2023](#) - Altera a Instrução Normativa DNIT nº 46/2021 (SEI nº 13998462);
- 5.4.8.34. [Instrução Normativa nº 9/DNIT SEDE, de 29 de agosto de 2023](#).
- 5.4.9. **Especificações/Procedimentos de Serviços**
- 5.4.9.1. Pontes e viadutos rodoviários - Estruturas de concreto armado - Especificação de serviço - DNIT 122/2009-ES;
- 5.4.9.2. Pontes e viadutos rodoviários - Estruturas de concreto protendido - Especificação de serviço - DNIT 123/2009-ES;
- 5.4.9.3. Pontes e viadutos rodoviários - Escoramentos - Especificação de serviço - DNIT 124/2009-ES;
- 5.4.9.4. Plataformas de Trabalho – Especificação de Serviço - DNIT 079/2006-ES;
- 5.4.9.5. Preparação de superfície de concreto, apicoamento e jateamentos – Especificação de Serviço - DNIT 080/2006-ES
- 5.4.9.6. Remoções no concreto – Especificação de Serviço - DNIT 081/2006-ES;
- 5.4.9.7. Furos no concreto para ancoragem de armaduras - Especificação de serviço - DNIT 082/2006-ES;
- 5.4.9.8. Tratamento de trincas e fissuras - Especificação de serviço - DNIT 083/2006-ES;
- 5.4.9.9. Tratamento da corrosão - Especificação de serviço - DNIT 084/2006-ES;
- 5.4.9.10. Execução e acabamento do concreto projetado - Especificação de serviço - DNIT 087/2006-ES;
- 5.4.9.11. Dispositivos de segurança lateral: guarda-rodas, guarda-corpos e barreiras - Especificação de serviço – DNIT 088/2006-ES;
- 5.4.9.12. Tratamento de aparelhos de apoio: concreto, neoprene e metálicos - Especificação de serviço - DNIT 091/2006-ES;
- 5.4.9.13. Juntas de dilatação - Especificação de serviço - DNIT 092/2006-ES;
- 5.4.9.14. Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização horizontal - Especificação de serviço - DNIT 100/2018-ES;
- 5.4.9.15. Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização vertical - Especificação de serviço - DNIT 101/2009-ES;
- 5.4.9.16. Edificações - Serviços preliminares - DNER ES 344/97;
- 5.4.9.17. Edificações - Fundações - DNER ES 345/97;
- 5.4.9.18. Edificações - Estruturas - DNER ES 346/97;
- 5.4.9.19. Edificações - Alvenarias e painéis - DNER ES 347/97;
- 5.4.9.20. Edificações - Coberturas - DNER ES 348/97;
- 5.4.9.21. Edificações - Impermeabilização - DNER ES 349/97;
- 5.4.9.22. Edificações - Revestimento de pisos - DNER ES 350/97;
- 5.4.9.23. Edificações - Revestimento de paredes - DNER ES 351/97;
- 5.4.9.24. Edificações - Forros - DNER ES 352/97;
- 5.4.9.25. Edificações - Esquadrias - DNER ES 353/97;
- 5.4.9.26. Edificações - Ferragens - DNER ES 354/97;
- 5.4.9.27. Edificações - Pintura - DNER ES 356/97;
- 5.4.9.28. Edificações - Instalações elétricas, mecânicas e de telecomunicações - DNER ES 357/97;
- 5.4.9.29. Edificações - Instalações de água - DNER ES 358/97;
- 5.4.9.30. Edificações - Instalações de esgoto e águas pluviais - DNER ES 359/97;
- 5.4.9.31. Água para argamassa e concreto de cimento portland - DNER EM 034/97;
- 5.4.9.32. Cimento Portland - recebimento e aceitação - DNER EM 036/95;
- 5.4.9.33. Agregado graúdo para concreto de cimento - DNER EM 037/97;
- 5.4.9.34. Agregado miúdo para concreto de cimento - DNER EM 038/97;
- 5.4.9.35. Tinta para sinalização rodoviária horizontal, à base de resina acrílica emulsionada em água - DNER EM 276/00;
- 5.4.9.36. Tinta para sinalização horizontal rodoviária à base de resina acrílica e/ou vinílica - DNER EM 368/00;
- 5.4.9.37. Defensas metálicas de perfis zincados - DNER EM 370/97;
- 5.4.9.38. Tinta para sinalização horizontal rodoviária à base de resina, estireno-acrilato e/ou estireno-butadieno - DNER EM 371/00;
- 5.4.9.39. Fios e barras de aço para concreto armado - DNER EM 374/97;
- 5.4.9.40. Fios de aço para concreto protendido - DNER EM 375/97;
- 5.4.9.41. Norma DNIT 010/2004 - PRO - Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e protendido - Procedimento;
- 5.4.9.42. Norma DNER-PRO 207/94 - Projeto, execução e retirada de cimbramentos de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento;
- 5.4.9.43. Norma DNER-PRO 179/94 - Guia para avaliação da resistência do concreto em estruturas - Procedimento;
- 5.4.9.44. Norma DNER-PRO 178/94 - Carga móvel (trem-tipo) em ponte rodoviária e passarela de pedestres (ABNTNBR 7188) - Procedimento;
- 5.4.9.45. Norma DNIT 011/2004 - PRO - Gestão de Qualidade em Obras Rodoviárias -Procedimentos;
- 5.4.9.46. Norma DNIT 013/2004 - PRO - Requisitos para a qualidade em obras rodoviárias - Procedimento;
- 5.4.9.47. Norma DNIT 054/2004 – PRO - Pavimento Rígido - Estudos de traços de concreto e ensaios de caracterização de materiais - Procedimento;
- 5.4.9.48. Norma DNIT 070/2006 – PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento;
- 5.4.9.49. Norma DNIT 078/2006 – PRO - Condicionantes ambientais pertinentes à segurança rodoviária na fase de obras - Procedimento;
- 5.4.9.50. Norma DNIT 097/2007 – PRO - Elaboração de Diário de Obra do DNIT - Procedimento.
- 5.4.10. **Normas Técnicas**
- 5.4.10.1. NBR 6.123:1988 - Forças devidas ao vento em edificações: considerações gerais;
- 5.4.10.2. NBR 7.223/1992 - Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone;

- 5.4.10.3. NBR 13.133/1994 - Levantamentos Topográficos - Procedimento;
- 5.4.10.4. NBR 7.187/2003 - Projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido;
- 5.4.10.5. NBR 8.681/2003 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimento;
- 5.4.10.6. NBR 14.931/2004 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento;
- 5.4.10.7. NBR 7.480/2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação;
- 5.4.10.8. NBR 8.800/2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios - Procedimento;
- 5.4.10.9. NBR 7211 - Agregados para concreto - Especificação;
- 5.4.10.10. NBR 14.890/2011 - Sinalização vertical viária - Suportes metálicos em aço para placas - Requisitos;
- 5.4.10.11. NBR 6.970/2012 - Segurança no tráfego - Defensas metálicas zincadas por imersão a quente;
- 5.4.10.12. NBR 6.971/2012 - Segurança no tráfego - Defensas metálicas - Implantação;
- 5.4.10.13. NBR 7.212/2012 - Execução de concreto dosado em central - Procedimento;
- 5.4.10.14. NBR 14.891/2012 - Sinalização vertical viária - Placas;
- 5.4.10.15. NBR 7.188/2013 - Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas;
- 5.4.10.16. NBR 13.159/2013 - Sinalização horizontal viária - Termoplástico aplicado pelo processo de aspersão;
- 5.4.10.17. NBR 15.482/2013 - Sinalização horizontal viária - Termoplásticos - Métodos de ensaio;
- 5.4.10.18. NBR 6.118/2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento;
- 5.4.10.19. NBR 15.405/2016 - Sinalização horizontal viária - Tintas - Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;
- 5.4.10.20. NBR 8.953/2015 - Concreto para fins estruturais - Classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência;
- 5.4.10.21. NBR 11.904/2015 - Sinalização vertical viária - Placas de aço zincado;
- 5.4.10.22. NBR 12.655/2015 - Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento;
- 5.4.10.23. NBR 16.421/2015 - Telha-fôrma de aço colaborante para laje mista de aço e concreto - Requisitos e ensaios;
- 5.4.10.24. NBR 9.062/2017 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
- 5.4.10.25. NBR 5.739/2018 - Concreto - Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos;
- 5.4.10.26. NBR 6.122/2019 - Projeto e execução de fundações - Procedimento;
- 5.4.10.27. NBR 9.452/2019 - Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto - Procedimento;
- 5.4.10.28. NBR 11.768/2019 - Aditivos químicos para concreto de cimento Portland - Requisitos;
- 5.4.10.29. NBR 6.484/2020 - Solo - Sondagens de simples reconhecimento com SPT - Método de ensaio;
- 5.4.10.30. NBR 7.482/2020 - Fios de aço para estruturas de concreto protendido - Especificação;
- 5.4.10.31. NBR 7.484/2020 - Barras, cordoalhas e fios de aço destinados a armaduras de protensão - Método de ensaio de relaxação isotérmica;
- 5.4.10.32. NBR 9.050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 5.4.10.33. NBR 15.692/2020 - Segurança no tráfego - Cilindro canalizador de tráfego;
- 5.4.10.34. NBR 7.483/2021 - Cordoalhas de aço para estruturas de concreto protendido - Especificação;
- 5.4.10.35. NBR 7481/2022 - Tela de aço soldada nervurada para armadura de concreto - Requisitos;
- 5.4.10.36. NBR 14931/2023 - Execução de estruturas de concreto armado, protendido e com fibras - Requisitos;
- 5.4.10.37. Norma AASHTO - *Standard Specifications for Highway Bridges* - 17ª Edition, 2002;
- 5.4.10.38. Normas Alemã, Inglesa e Canadense.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Disposições gerais:

- 6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.2. Serão considerados os procedimentos estabelecidos na [Instrução Normativa nº 57, de 14/09/2021](#) (SEI nº 9195629), publicada no BA nº 176, de 16/09/2021 que dispõe sobre o cadastramento de contratos no Sistema de Acompanhamento de Contratos - SIAC e procedimentos e responsabilidades relativos a processos de suporte documental e de pagamento de medição de contratos no âmbito do DNIT, ou outro Instrumento que venha substituí-la.
- 6.1.3. Serão considerados os procedimentos estabelecidos na Resolução DNIT nº 20, de 30/12/2020 (SEI nº 7244588), publicada no BA nº 001, de 04/01/2021 que Aprova a 2ª atualização do texto do [Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âmbito do DNIT](#), ou outro Instrumento que venha substituí-la.
- 6.1.4. São consideradas as demais Instruções de Serviço e os demais documentos normativos vigentes no âmbito do DNIT.
- 6.1.5. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, onde os gestores serão designados através de Portaria pelo Superintendente Regional do DNIT/MA.
- 6.1.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e Projeto Executivo.
- 6.1.7. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.1.8. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e Projeto Executivo, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 6.1.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 6.1.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e Projeto Executivo e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto nos artigos 137 e 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.1.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do

objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Preposto:

6.2.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto ao longo do período da execução da obra nos termos do art. 118 da [Lei nº 14.133/21](#).

6.2.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

6.3. Fiscalização:

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#).

6.3.2. O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.3.3. O DNIT indicará, por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

6.3.4. Caberá ao fiscal do contrato, designado por Portaria do Superintendente Regional do DNIT no Estado do Maranhão, fazer cumprir todas as exigências legais (vide [Lei nº 14.133/21](#) e [Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#)) e do DNIT e supervisionar as atividades sob responsabilidade da empresa, assim como acompanhar e controlar o desembolso das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas na lei.

6.4. Fiscalização Técnica:

6.4.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, VI).

6.4.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133/21](#), art. 117, §1º e [Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, II).

6.4.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, III).

6.4.4. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os parâmetros estabelecidos pelas Instruções de Serviços, Normas e Manuais Técnicos do DNIT e ABNT para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.4.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.4.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.4.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.4.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.4.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no instrumento convocatório.

6.4.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.4.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas estabelecidas na Resolução DNIT nº 20, de 30/12/2020 (SEI nº 7244588), publicada no BA nº 001, de 04/01/2021 que Aprova a 2ª atualização do texto do [Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âmbito do DNIT](#), ou outro Instrumento que venha substituí-la.

6.4.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o art. 120 da [Lei nº 14.133/21](#).

6.4.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, IV).

6.4.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, V).

6.4.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, VII).

6.5. Fiscalização Administrativa:

6.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do [Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#)).

6.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 23, IV).

6.6. Gestor do Contrato:

6.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, IV).

6.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, II).

6.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, III).

6.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, VIII).

6.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133/21](#) ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, X).

6.6.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, VI).

6.6.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Disposições gerais:

7.1.1. O Contratado deverá apresentar o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO conforme Anexo do edital.

7.1.2. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO da licitante deve atender às exigências do Edital e seu(s) anexo(s) e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse Cronograma de licitação, será ajustado um Cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

7.1.3. Este ajuste poderá se repetir, gerando novos cronogramas, desde que devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

7.1.4. A aceitabilidade da obra deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução do Projeto de Engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

7.1.5. Os serviços serão medidos mensalmente com adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários, conforme Instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

7.1.6. As medições constarão de Folhas-Resumo, contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais. Os serviços serão medidos de acordo com os eventos estabelecidos nos PLANOS DE TRABALHO E ORÇAMENTO, após sua devida conclusão em conformidade com as normas pertinentes aos serviços. Serão anexadas junto ao PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO as FICHAS DE INSPEÇÕES conforme MODELO PROPOSTO PELO CONTRATADO, contendo os dados básicos à sua identificação, bem como as informações sobre os serviços necessários (descrição e quantidades).

7.1.7. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários da contratada para o Projeto Executivo de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA (SEI nº 17203337 e 24033560, constante do processo SEI nº 50615.001596/2023-18.

7.1.8. No processo de medição, deverá constar a(s) real(is) alíquota(s) de ISSQN adotada(s) pelo(s) respectivo(s) Município(s).

7.1.9. Nas medições que abrangem mais de um município, o cálculo deverá ser realizado por município abrangido, sendo vedada a utilização do critério da média ponderada entre os diversos municípios e suas alíquotas.

7.1.10. No caso de se verificar que o percentual de ISSQN nos Municípios é inferior àquele considerado na proposta da empresa, será procedido o estorno dos valores excedentes nas medições.

7.1.11. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO, a contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.1.12. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.13. A Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.1.14. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

7.1.15. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.15.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.15.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

7.1.15.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.16. Após aprovação dos serviços e documentação, a Contratada emitirá e apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is), na sede da Superintendência Regional para o atesto do Fiscal do Contrato e do Superintendente Regional, para posterior encaminhamento à Coordenação-Geral competente para providências.

7.1.17. O DNIT pagará à executora, pelos serviços contratados e realizados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.1.18. O pagamento será efetuado pela Contratante observado o prazo de **30 (trinta) dias** contados a partir da data de atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado. O atesto na Nota Fiscal/Fatura está condicionado a medição prévia dos serviços pelo fiscal do contrato.

7.1.19. Verificada a qualidade e o atendimento dos serviços executados às normativas, instruções e manuais do DNIT, será procedida a medição dos serviços. Emitido o Atestado de Conformidade, o contratado deverá apresentar na sede da Superintendência Regional respectiva, as Notas Fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenação Geral competente após devidamente atestada pela Superintendência Regional.

7.1.20. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal e inexistência de débitos trabalhistas. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do art. 137, da [Lei nº 14.133/21](#).

7.1.21. O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais ou faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 62 a 70 da [Lei nº 14.133/21](#).

7.1.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133/21](#).

7.1.23. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018](#).

7.1.24. Na hipótese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e de extinção do contrato, resguardada a ampla defesa.

7.1.25. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

7.1.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.27. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.1.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.1.29. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.1.30. Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao DNIT, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

- 7.1.31. O pagamento efetuado pelo DNIT não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.
- 7.1.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.1.33. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.1.34. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a [Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 06 de julho de 2018](#), a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 7.1.35. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 7.1.36. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.
- 7.1.37. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.1.37.1. o prazo de validade;
- 7.1.37.2. a data da emissão;
- 7.1.37.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.1.37.4. o período de prestação dos serviços;
- 7.1.37.5. o valor a pagar; e
- 7.1.37.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.1.38. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pelo licitante vencedor, diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, **no prazo de 05 (cinco) dias**, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir, cujo mesmo atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.
- 7.1.39. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNIT.
- 7.1.40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.1.41. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.
- 7.1.42. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), observado o disposto na [Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#), e legislação municipal aplicável.
- 7.1.43. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 7.1.44. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$$I = (TX/100)/365 \text{ I} = (6/100)/365 \text{ I} = 0,00016438 \text{ TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

7.2. Cessão de crédito:

- 7.2.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 7.2.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.2.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da [Lei nº 8.429, de 2 de junho 1992](#), nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.
- 7.2.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração ([Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020](#) e Anexos).
- 7.2.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.3. **Cronograma Físico-Financeiro e Curva "S":**
- 7.3.1. O CONTRATADO deverá elaborar o Cronograma Financeiro e Físico, além da Curva "S" adaptados à proposta apresentada. Para tanto poderá utilizar os modelos padronizados RM-12, RM-14 e RM-13, respectivamente, constantes da [INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 51/DG/DNIT, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021](#), publicada no B.A. nº 171 de 09/09/2021 (SEI nº 9109527).
- 7.3.2. Na elaboração dos cronogramas, a CONTRATADA deverá:
- Obedecer ao prazo de execução do contrato de **6 (seis) meses**, e detalhar as atividades, conforme modelo do **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO (EDITÁVEL)**;
 - Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços;
 - Ter coerência na elaboração dos quadros em relação à sequência e duração das atividades;
 - O Cronograma Físico e Financeiro e Curva "S" deverão ser entregue para análise e aprovação à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, no prazo máximo de **10 (dez) dias** após a assinatura do contrato. Ressalta-se que será parte integrante do instrumento.

7.3.3. Nesse documento, a CONTRATADA deverá atentar para:

7.3.3.1. Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo;

- 7.3.3.2. A empresa executora deverá, no início da obra, entregar à empresa supervisora ou a respectiva unidade do DNIT a previsão de desembolso a fim de que o DNIT possa fazer as medições e efetivação dos pagamentos;
- 7.3.3.3. A empresa executora deverá, no início da obra, entregar à empresa supervisora ou a respectiva unidade do DNIT a previsão do quantitativo físico mensal a ser executado dos serviços que representem marcos (etapas) durante a execução da obra;
- 7.3.3.4. O cronograma deverá conter, além do quantitativo físico mensal a ser executado, o quantitativo acumulado efetivamente executado, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado;
- 7.3.3.5. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora;
- 7.3.3.6. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Superintendente Regional, devendo os mesmos receberem números sequenciais;
- 7.3.3.7. Caso haja aditivos contratuais que alterem o prazo da obra, deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente;
- 7.3.3.8. Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra;
- 7.3.3.9. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO a ser proposto pela LICITANTE deverá apresentar as quantidades de serviços a serem executadas pelo contratado sendo o elemento básico de controle da obra, como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil;
- 7.3.3.10. A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo;
- 7.3.3.11. O gráfico é construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro;
- 7.3.3.12. A Curva “S” deverá seguir o modelo RM-13;
- 7.3.3.13. A programação deverá ser entregue à Administração em até **10 (dez) dias** após a assinatura do Contrato, em formato compatível com a ferramenta MS Project® ou similar.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A proposta, a preço unitário, compreende a completa execução do objeto proposto pelo licitante. Esta deverá ser compatível com as especificações constantes do Projeto Executivo e seus Anexos. A licitante vencedora deverá reelaborar e apresentar à Comissão de Licitação, por meio eletrônico, conforme prazo estabelecido no instrumento convocatório, planilha com os valores adequados ao lance vencedor, em que deverá constar:

- a) Descrição do serviço ofertado pelo licitante observadas as mesmas especificações constantes do Projeto de Engenharia, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, conforme modelo apresentado neste Termo de Referência.
- b) O Licitante não poderá utilizar preços superiores aos estabelecidos pelo SICRO em sua proposta de preços, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total de cada serviço. Não serão permitidas alterações nas quantidades de insumos ou exclusões de itens constantes das composições de custos unitários de referência.
- c) Serão exigidas todas as composições de custos unitários. O licitante fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do orçamento referencial fixado pela Administração.
- d) O licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art 7º, inciso I, da [Instrução Normativa nº 37/DNIT SEDE, de 15 de julho de 2021](#)).
- e) Os materiais betuminosos especificados na planilha do orçamento deverão ser cotados separadamente pelo licitante e sobre a aquisição dos mesmos poderá incidir BDI máximo de 15% (quinze por cento) para a situação de orçamento onerado.
- f) Na formulação das Propostas de Preços os licitantes deverão considerar os percentuais de recolhimento de ISSQN com base nas alíquotas adotadas pelo(s) município(s) situado(s) na região da obra.
- g) Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.
- h) O desconto ofertado, por produto, deverá ser estendido aos eventuais futuros termos aditivos.
- i) O LICITANTE deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- j) Prazo de validade da proposta: decorridos **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia, conforme Edital.

8.2. Em conformidade com o art. 55, II, alínea "a" da [Lei nº 14.133/2021](#), os prazos mínimos para elaboração e apresentação de propostas é de **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

8.3. A licitante vencedora deverá obrigatoriamente enviar o quadro a seguir devidamente preenchido com o valor de sua proposta com as informações essenciais para o lançamento dos itens no sítio do *COMPRAS GOVERNAMENTAIS*:

ITEM	LOTE	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Único	22896	Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA, Eixo Principal, Trecho: ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI, Subtrecho: AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS, Segmento: Km 5,0 ao km 8,0; Pontos Localizados: km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para melhoria do acesso ao bairro	Obra	01	A ser preenchido pelo licitante.	A ser preenchido pelo licitante.

			Maracanã), município de São Luís/MA.				
--	--	--	--	--	--	--	--

9. REAJUSTE / ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o Setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a [Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023](#), ou outra que vier a substituí-la, após decorrido 1 (um) ano da data-base do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do Art. 3.º, § 1º da [Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001](#), sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do DNIT (Novo SICRO, mês-base **ABRIL/2025 – SEM DESONERAÇÃO** para o Estado do Maranhão).

9.2. Execução das Obras ou Serviços: pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e disponibilizado no site do DNIT.

9.3. O Projeto Básico e Executivo (quando houver): pelo índice de reajustamento de consultoria, disponibilizado no site DNIT.

9.4. Decorrido período de um ano, contado a partir do mês-base do orçamento, **ABRIL/2025**, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

9.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.6. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada.

I₀ = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DNIT ou no mês do reajustamento anterior.

I₁ = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

9.7. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no Cronograma esteja além da data-base considerada.

9.8. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

9.9. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

9.10. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

9.12. Para itens de contratos vigentes que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens devem ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice. Aplica-se a [Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023](#) ou outra que vier a substituí-la.

9.13. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.14. O reajuste será realizado por Apostilamento.

10. DAS ALTERAÇÕES

10.1. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário.

10.2. As quantidades constantes da planilha integrante deste Edital, constam no Orçamento Referencial disponível neste Termo de Referência - item 18, processo SEI! 50615.001596/2023-18.

10.3. É possível a celebração de termo aditivo de prazo, desde que devidamente justificado pelo Contratado e aceito pela Contratante.

10.4. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** nos moldes do art. 132 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

10.5. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.7. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como do ANEXO X da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017](#).

10.8. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de **50% (cinquenta por cento)**.

10.9. As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

10.10. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, respeitados os limites do previstos no art. 125 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

10.11. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária na forma do art. 14 do [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#) c/c com art. 128 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

10.12. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#).

10.13. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10.14. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).

11. RECEBIMENTO

11.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos

serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.3. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.4. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, da [Lei nº 14.133/21](#) e alterações posteriores.

11.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **30 (trinta) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, I, *a*, da [Lei nº 14.133/21](#) e arts. 22, X e 23, VII do [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 22, X, [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 23, VII, [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.13. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

11.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 140 da [Lei nº 14.133/21](#)).

11.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.16. Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de até **90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e,
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.19. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados. (art. 119 da [Lei nº 14.133/21](#)).

11.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.22. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias. (art. 140, § 6º da [Lei nº 14.133/21](#)).

11.23. Especificamente no recebimento final dos serviços deverão ser atendidas as exigências da [Instrução Normativa nº 15 de 28/04/2021](#) (SEI nº 8032975), publicada no B.A. nº 079 de 29/04/2021 e alterada pela [Instrução Normativa nº 10 de 06/11/2023](#) (SEI nº 16093237), publicada no B.A. nº 212 de 08/11/2023.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

12.1.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;
- Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
- Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;
- Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os

mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

- Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
- Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- Atendimento às Instruções de Serviço do DNIT, principalmente a [Instrução Normativa nº 61, de 17/09/2021](#), que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

12.2. A empresa contratada deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR 10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

13. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

13.1. Caberá ao licitante vencedor:

13.1.1. Declarar ciência das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo DNIT.

13.1.2. Apresentar Declaração formal de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “*in loco*” pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

13.1.3. Apresentar Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

13.1.3.1. Tão logo o licitante tome ciência de sua adjudicação, deverá providenciar seu cadastramento como usuário externo do sistema "SEI/DNIT", onde será feita a assinatura do contrato. O licitante deverá acessar <http://sempapel.dnit.gov.br/menu-de-navegacao/usuario-externo> e seguir as instruções para se cadastrar.

13.1.3.2. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial com a contratante para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.1.4. Executar o(s) serviço(s) de acordo com o Projeto de Engenharia, Especificações Gerais para Obras Rodoviárias e demais Normas e Instruções fornecidas pelo DNIT, Normas Técnicas da ABNT e aquelas complementares.

13.1.5. Alocar todos os equipamentos, pessoal especializado para o desenvolvimento dos trabalhos e materiais necessários, tomar todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado, bem como prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e os moradores vizinhos, e que demonstrará rotineiramente à Fiscalização o alcance em todos os serviços e na obra como um todo.

13.1.6. Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no conselho profissional competente da região onde os serviços forem executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas pelo conselho profissional competente, que comprovem ter o profissional executado os serviços de habilitação técnica com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

13.1.6.1. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

13.1.7. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais, peças, acessórios e mão de obra especializada utilizados na execução do objeto desta licitação.

13.1.8. Executar o objeto durante o horário comercial, em caso de necessidade de atendimento em horário extra, a Contratada deverá arcar com todas as despesas não gerando nenhum ônus para o Contratante.

13.1.9. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

13.1.10. Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, em que constarão todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela equipe técnica do DNIT.

13.1.11. Executar os serviços objeto desta licitação observando este Termo de Referência e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no DNIT (disponíveis em <http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais>), aquelas Complementares e Particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, plano de trabalho, instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

13.1.12. Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “*in loco*” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

13.1.12.1. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da Contratada.

13.1.12.2. O Croqui de identificação e localização das fontes de materiais poderá ser readequado somente na hipótese de ocorrência de fato superveniente (ausência de licenciamento ambiental, falta de material, fechamento da usina, paralisação de operação, entre outros, desde que devidamente comprovados) ou a interesse próprio da Administração.

13.1.12.3. Na eventualidade de ocorrência de fato superveniente, a Contratada providenciará remodelação necessária no Croqui e respectivas DMT's, de modo que os custos de transporte sejam remunerados de acordo com a realidade da obra.

13.1.13. Instalar e manter, sem ônus para o DNIT, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte do DNIT.

13.1.14. Fornecer e manter no canteiro de obras tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

13.1.15. Manter no canteiro de obras cópia do Contrato, do registro do CREA e da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Engenheiro Residente, livro Diário de Obras, bem como das licenças ambientais porventura necessárias e demais documentos alusivos aos serviços constantes no presente Termo de Referência.

13.1.16. Fornecer e manter o Livro Diário de Obras, conforme Norma de Procedimento PRO-097/2007-DNIT, na Sala de Fiscalização do Canteiro de Obras, durante todo o período de execução do contrato.

13.1.17. Incluir diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como incluir os comunicados e registros à Fiscalização acerca das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.1.17.1. Ao término de cada mês, uma via do Diário de Obras deverá ser anexada à medição mensal dos serviços executados, devendo permanecer outra via arquivada no Canteiro de Obras da empresa.

13.1.18. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

13.1.19. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DNIT em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

13.1.20. Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

13.1.20.1. Será aceita subcontratação, conforme item específico no presente Termo de Referência.

13.1.20.2. Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do DNIT.

- 13.1.21. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 13.1.22. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado.
- 13.1.23. Comunicar ao DNIT sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.
- 13.1.24. Executar fielmente os serviços programados nas especificações não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do DNIT.
- 13.1.25. Providenciar, junto ao conselho profissional competente regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
- 13.1.26. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao DNIT.
- 13.1.27. Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o replantio de gramas nas valas, recomposição de calçadas, asfaltos e outros.
- 13.1.28. Promover, obrigatoriamente, o registro fotográfico de todos os serviços executados no período, que ajudarão a comprovar a plena execução dos trabalhos. Desse modo, cada encarregado das diversas frentes de serviço deverá dispor de equipamento fotográfico, com a orientação de registrar todas as intervenções realizadas, antes e após sua execução. As fotos deverão conter o registro de data, horário e coordenadas georreferenciadas.
- 13.1.29. Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais - EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.
- 13.1.30. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares determinadas pelo DNIT, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o mesmo, cabendo à licitante vencedora inteira responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários resultantes dos serviços (art. 121 da [Lei nº 14.133/21](#)).
- 13.1.31. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.
- 13.1.32. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional ao DNIT.
- 13.1.33. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.
- 13.1.33.1. A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DNIT, nem poderá onerar o objeto desta Concorrência, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DNIT.
- 13.1.34. Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.
- 13.1.35. Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.
- 13.1.36. Providenciar, já no primeiro mês de vigência do contrato, a implantação de placas indicativas da obra, de acordo com os modelos adotados pelo DNIT, no início e no fim do segmento. A empresa também será responsável pela manutenção obrigatória das placas de identificação enquanto durar a execução dos serviços.
- 13.1.37. Providenciar, como procedimento inicial, o estaqueamento de todo trecho contratado, com demarcação das estacas de 20 em 20 metros no bordo da pista de rolamento e identificação das estacas de 100 em 100 metros, sem ônus ao DNIT, em cumprimento às determinações do Acórdão 829/2004 – TCU/Plenário.
- 13.1.38. A CONTRATADA deverá elaborar estudos para definição dos traços das misturas betuminosas, que serão submetidas à aprovação prévia do DNIT.
- 13.1.39. A CONTRATADA deverá elaborar e cumprir, sem ônus para o DNIT, o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, observando o disposto no item 18.3.4 da [Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego](#), inclusive com a avaliação dos riscos e propositura de medidas preventivas e de proteção e segurança no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA para a execução da atividade de lançamento de vigas pré-moldadas.
- 13.1.40. Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.
- 13.1.41. Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita ao DNIT, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.
- 13.1.42. Verificar a compatibilização dos projetos, procedendo à análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas ao DNIT, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços.
- 13.1.43. Complementar todos os ajustes eventualmente necessários em cada projeto para a perfeita execução dos serviços, bem como elaborar, integralmente, quaisquer projetos que se fizerem necessários com as respectivas aprovações junto aos órgãos competentes, assumindo todos os custos.
- 13.1.44. Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.
- 13.1.45. Concluir os serviços dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes de projetos, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.
- 13.1.46. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.
- 13.1.47. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela Licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização.
- 13.1.48. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.
- 13.1.49. Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.
- 13.1.50. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DNIT.
- 13.1.51. Cumprir todas as normas e recomendações do DNIT relativas à segurança viária, obedecendo os preceitos do Manual de Sinalização de Obras e Emergências do DNIT, as determinações do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN e do Código de Trânsito Brasileiro.
- 13.1.51.1. A empresa construtora deverá apresentar um plano de sinalização, projetado de acordo com o MANUAL DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS E EMERGÊNCIAS do DNER (1996), Diretoria de Operações Rodoviárias, em consonância com o Termo de Referência.
- 13.1.52. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do objeto desta licitação.
- 13.1.53. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.1.54. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 13.1.55. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados às dependências e equipamentos do Contratante, quando evidenciada a culpa, por ação, omissão, deficiência e negligência de seus técnicos e empregados no desempenho dos serviços contratados.
- 13.1.56. Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.
- 13.1.57. Manter sua avaliação acima da nota 6, conforme AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS CONTRATADAS PELO DNIT contida na [Instrução](#)

[Normativa nº 39, de 28 de julho de 2021](#) (SEI nº 8777539), ou outra que vier a substituí-la.

13.1.58. Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no art. 121, da [Lei nº 14.133/2021](#) conforme a seguir:

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/2021
[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº _____, que tem por objetivo a execução de
_____, para os efeitos do art. 121, da Lei nº 14.133/21, que relativamente ao mês de _____ de 20_____, foram cumpridas todas as obrigações
trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.
LOCAL E DATA
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

- 13.1.59. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.1.60. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do [Decreto nº 7.203, de 2010](#).
- 13.1.61. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 13.1.61.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 13.1.61.2. certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 13.1.61.3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 13.1.61.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 13.1.61.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 25 de maio de 2017](#).
- 13.1.62. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 13.1.63. Responder por todos os encargos sociais, adicionais (alimentação, EPI, ferramentas, transporte e exames ocupacionais), complementares (cesta básica, assistência médica e seguro de vida), salários, uniformes, impostos e demais encargos inerentes à execução dos serviços prestados.
- 13.1.64. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.1.65. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#).
- 13.1.66. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 13.1.67. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 13.1.68. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 13.1.69. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 13.1.70. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 13.1.71. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.
- 13.1.72. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 13.1.73. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 13.1.74. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.1.75. Responsabilizar-se pelo transporte do pessoal, dos materiais e equipamentos.
- 13.1.76. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.
- 13.1.77. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 13.1.78. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias (tubulações subterrâneas ou ancoradas às estruturas das OAE's), passagens elétricas (inclusive posteamentos) e de comunicação (redes de fibra ótica aérea e/ou subterrânea), dentre outras possíveis.
- 13.1.79. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes ([Lei nº 6.496 de 07/12/77](#) e [12.378 de 31/12/2010](#)).
- 13.1.80. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 13.1.81. Responsabilizar-se pela obtenção das licenças ambientais de jazidas, empréstimos, areais, etc., inclusive as taxas a serem recolhidas.
- 13.1.82. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 13.1.83. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do art. 11 do [Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006](#), de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 13.1.84. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do inciso IX do art. 4º da [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#).
- 13.1.85. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme art. 4º, §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#), nos seguintes termos:
- 13.1.85.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 13.1.85.2. Nos termos dos arts. 3º e 10 da [Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002](#), a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 13.1.85.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 13.1.85.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem;
- 13.1.85.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 13.1.85.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.1.85.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

13.1.85.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR nº. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.1.86. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.1.86.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.1.86.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 1, de 08 de março de 1990](#), e legislação correlata..

13.1.87. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.1.88. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

13.1.89. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

13.1.90. Dimensionar suas equipes de modo a manter, a todo o momento durante a vigência do contrato, o trecho em plenas condições de operação, considerando-se o controle da vegetação, a limpeza e desobstrução dos dispositivos de drenagem superficial e profunda e as plenas condições de trafegabilidade e segurança nas pistas e acostamentos.

13.1.91. Apresentar, na documentação de habilitação, relação contendo os nomes e respectivas funções dos profissionais indicados para compor a equipe técnica indicada para Habilitação Profissional da Licitante. Para cada profissional indicado, deverão ser relacionados os números das Certidões de Acervos Técnicos – CAT e dos Respetivos Atestados, expedidos pelo CREA e/ou Conselho Profissional competente, que comprovem a capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação. A quantidade de atestados e respectivas certidões deverão se restringir ao exigido.

13.1.92. Manter o(s) Profissional(is) que comprovou(aram) ter Capacidade Técnica Profissional para habilitar a empresa no procedimento licitatório, exclusivo ao contrato, durante todo o período efetivo de execução das respectivas etapas da obra, para as quais foram habilitados.

13.1.92.1. Somente será possível a substituição de integrantes da equipe técnica pontuada (Capacidade Operacional e/ou Capacidade Profissional) da licitante por outro(s) que, na forma do Quadro RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO(S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S) COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, comprove(em) por meio Atestado(s) ou Certidão(ões) ou Declaração(ões) e respectivo(s) Acervo(s) Técnico(s) expedido(s) pelo(s) Conselho(s) Regional(is) competente(s), possuir capacitação técnica igual ou superior aos substituídos.

13.1.92.2. Possíveis alterações na composição ou na quantidade de profissionais da equipe alocada para execução dos serviços poderão ocorrer mediante prévia solicitação pela contratada e aprovação formal do Setor competente, ou ainda, quando solicitadas pelo fiscal e/ou pela Coordenação-Geral / Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão em função de ineficiência ou da necessidade dar maior celeridade à execução dos trabalhos.

13.1.92.3. Caso seja necessária alteração de profissional(is) indicado(s) na licitação, esta deverá ser averbada ao Contrato por meio de Apostilamento Contratual. O referido profissional que vier a substituir aquele pontuado na fase de habilitação, deverá apresentar os Atestados e/ou Certidões de Capacidade Técnica profissional exigidos.

13.1.92.4. Sempre que solicitado pelo Fiscal do contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao contrato.

13.1.93. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1.93.1. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

13.1.93.2. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato (observância ao inciso IV do art. 2º da [INSTRUÇÃO NORMATIVA MPDG Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018](#)), a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.1.93.3. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

13.1.93.4. Quando da contratação de profissionais, para ser vinculada ao contrato que será celebrado com o DNIT, a empresa vencedora deverá cumprir as exigências Sindicais e/ou de Conselhos Profissionais, quanto aos valores mínimos de salários estabelecidos para a categoria profissional correspondente, tais como a de Convenção Coletiva com o [SINDUSCON DO MARANHÃO](#), e Resolução nº 397, de 11 agosto 1995 do CONFEA, Lei nº 4950-A de 22 de abril de 1966, e demais legislações e/ou convenções pertinentes vigentes durante a data base do Orçamento Referencial para o Estado de Maranhão.

13.1.93.5. Não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, este deverá prever cláusulas que garantam os direitos trabalhistas, podendo utilizar como referência regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima.

13.1.93.6. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (Observância ao art. 2º, inciso VII, da [IN nº 06, de 06 de julho de 2018](#)).

13.1.93.7. Possibilidade de extinção do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato (Observância ao art. 2º, inciso II, da [IN nº 06, de 06 de julho de 2018](#)).

13.1.94. A contratada deverá apresentar declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato (Observância ao art. 2º, inciso III, da [IN nº 06, de 06 de julho de 2018](#)).

13.1.95. A contratada deverá assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Observância ao art. 2º, inciso VI, da [IN nº 06, de 06 de julho de 2018](#)).

13.1.96. A contratada deverá manter observância aos preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

13.1.97. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.1.98. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.1.98.1. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o **caput** deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

13.1.99. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021 (Observância ao art. 2º, inciso V, da [IN nº 06, de 06 de julho de 2018](#)).

13.1.100. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos,

bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 13.1.101. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.102. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.1.103. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Executivo, no prazo determinado.
- 13.1.104. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.1.105. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.1.106. Atender às normas de segurança e saúde no trabalho vigentes durante a execução do empreendimento.
- 13.1.107. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.
- 13.1.108. Atentar para o cumprimento do recolhimento do ISSQN, conforme a legislação de cada município atravessado pelo segmento objeto do contrato, evitando que venha a ocorrer recolhimento inferior ao município ou superior ao especificado em sua proposta, resultando em estorno de valor ao DNIT.
- 13.1.109. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.1.110. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando se enquadrar nas diretrizes do art. 124, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 13.1.111. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 13.1.112. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 13.1.113. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017](#):
- 13.1.113.1. O direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.1.113.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.1.114. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. .
- 13.1.115. Elaborar “*as built*”, ao final da obra, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.
- 13.1.115.1. Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido. Constam do Projeto de Engenharia (disponibilizado no site do DNIT): desenhos, especificações, sondagens e outros complementos.
- 13.1.116. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- 13.1.117. Realizar todos os controles exigidos pelas especificações do DNIT e ABNT, os quais serão de sua responsabilidade.
- 13.1.118. Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.
- 13.1.119. Executar a gestão e monitoramento da qualidade nos serviços executados de acordo com as Normas: DNIT 011/2004 – PRO e DNIT 013/2004 –PRO, quando couber.
- 13.1.119.1. A Contratação compreende a totalidade dos serviços, baseado no preço proposto pela licitante, considerado final e incluído todos os encargos, taxas e bonificações.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. O DNIT deverá indicar um representante da Administração ou Comissão especialmente designada para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o art. 117 da [Lei nº 14.133/21](#), assim como, fazer cumprir fielmente o que estabelece o Edital e todas as demais disposições legais para contratação e execução dos serviços e obras rodoviárias.
- 14.2. Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 14.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da obra anotando em registro próprio, devidamente datado, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 14.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 14.5. Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas observando-se, ainda, o Cronograma Físico-Financeiro.
- 14.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 25 de maio de 2017](#).
- 14.7. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, “*as built*”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 14.8. Fornecer por escrito, a qualquer tempo, e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.
- 14.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 14.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 14.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Deverá divulgar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), [Portaria nº 1.745, de 29 de março de 2021](#) e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades do DNIT.
- 14.13. Observar e cumprir o art. 7º do [Decreto nº 7.203 de 4 de junho de 2010](#), vedando que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.
- 14.14. Observar e cumprir determinações presentes no art. 5º da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 25 de maio de 2017](#), quanto a vedações à Administração e seus servidores de praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:
- 14.14.1. possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas;
- 14.14.2. aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

- 14.14.3. exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;
- 14.14.4. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 14.14.5. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 14.14.6. considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- 14.14.7. definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e
- 14.14.8. conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.
- 14.15. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, *quando for o caso no que couber*:
- 14.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 14.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 14.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 14.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 14.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 14.15.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da [Lei nº 14.133/2021](#) e no art. 12 da [Lei nº 8.078 de 11/09/90](#) (Código de Defesa do Consumidor).
- 14.16. Verificação da comprovação mensal, por amostragem, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato (Observância ao inciso IV do art. 2º da [INSTRUÇÃO NORMATIVA MPDG Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018](#)).
- 14.17. Para fins de fiscalização do cumprimento de que trata o inciso IV do art. 2º da [IN MPDG nº 06/2018](#), a contratante deverá solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- I - ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - II - à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - III - à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - IV - aos depósitos do FGTS; e
 - V - ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- § 1º - A contratante poderá solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos.
- § 2º - A fiscalização por amostragem tem por objetivo permitir que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação.
- § 3º - O objetivo disposto § 2º não impede que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado.
- § 4º - Em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos deverão oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização (Observância ao art. 3º, §4º da [INSTRUÇÃO NORMATIVA MPDG Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018](#)).
- 14.18. Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as notas de empenho e o Termo de Contrato relativos ao objeto da licitação.
- 14.19. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste edital e seus anexos.
- 14.20. Proporcionar todas as condições necessárias para que o licitante vencedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.
- 14.21. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação.
- 14.22. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento/execução do objeto, à Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- 14.22.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- 14.22.2. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.
- 14.23. A existência e a atuação da fiscalização do DNIT em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.
- 14.24. Avaliar a CONTRATADA conforme **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS** contida na [Instrução Normativa nº 39, de 28 de julho de 2021](#), ou outra que vier a substituí-la.
- 14.25. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 14.26. Atestar a execução do contrato.
- 14.27. Cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Descumpridas as obrigações e condições de licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e §§ da [Lei nº 14.133, de 2021](#); aplicável, no que cabível, a [Instrução Normativa DG/DNIT nº 06, de 2019](#) com as alterações feitas pela [Instrução Normativa DG/DNIT nº 10, de 22 de agosto 2019](#) e pela [Instrução Normativa DG/DNIT nº 52, de 03 de agosto de 2021](#); e eventuais alterações ou edições subsequentes.
- 15.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei 14.133 de 01 de abril de 2021](#), a CONTRATADA que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

15.3. Serão aplicadas à LICITANTE/CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - Multa:

- i. Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- iii. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- iv. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.2, a multa será de 5% do valor do Contrato.
- v. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.2, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- vi. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.2, de 20% do valor do Contrato.
- vii. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.2, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- viii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.2, de 1% a 5% do valor do Contrato.

15.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, conforme estabelece o art. 159 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.10. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133/21](#).

15.12. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

- a) MODALIDADE: Concorrência (art. 28, II, [Lei nº 14.133/21](#));
- b) REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preços unitários;
- c) FORMATO DE EXECUÇÃO: Eletrônico (art. 12, VI c/c art. 17, § 2º da [Lei nº 14.133/21](#));
- d) CRITÉRIO DE JULGAMENTO da proposta: Menor preço (art. 33, I, [Lei nº 14.133/21](#));
- e) CRITÉRIOS DE DESEMPATE: Conforme art. 60 da [Lei nº 14.133/21](#);
- f) MODO DE DISPUTA: Aberto (art. 56, I, [Lei nº 14.133/21](#));
- g) VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 10.479.848,72 (dez milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos) - **Data-base:** ABRIL de 2025/Maranhão – SEM DESONERAÇÃO.
- h) APLICABILIDADE DAS MARGENS DE PREFERÊNCIA: Não se aplica. O serviço objeto deste Termo de Referência não se enquadra no [Decreto nº 7.174 de 12 de maio de 2010](#) (contratação de bens e serviços de informática e automação);
- i) SERVIÇO CONTÍNUO: Não é aplicável. A presente licitação visa a contratação de serviços de natureza "não-continuada", pois têm como escopo obras de estruturas para melhoria em segurança rodoviária em pontos localizados, ou seja, não contemplam atividades auxiliares e essenciais ao Órgão que devam ser

executadas de forma contínua e por período de longa duração.

j) SERVIÇO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA: Não é aplicável. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

16.2. Modalidade de Licitação:

16.2.1. Será adotada a modalidade CONCORRÊNCIA (art. 6º, XXXVIII c/c art. 28, II).

16.2.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como OBRAS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e fundamento no art. 6º, incisos XII da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)).

16.2.3. Obra é definida como toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

16.2.4. A opção pela modalidade CONCORRÊNCIA visa ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes, promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público, incentivar a inovação tecnológica, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para aplicação de recursos públicos e selecionar da proposta mais vantajosa para a administração pública.

16.2.5. A concorrência segue o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#).

16.3. Regime de Execução:

16.3.1. A solução exclusiva para a licitação em tela é a contratação de empresa de engenharia especializada em obras rodoviárias. O objeto a ser contratado envolve essencialmente as Obras de Eliminação de Pontos Críticos em Segmento Crítico da rodovia federal BR-135/MA, na altura dos km's 5,5 e 7,5.

16.3.2. Trata-se da contratação de intervenções rodoviárias, cuja natureza é de serviços indivisíveis, coordenados e, por vezes, interdependentes. A eliminação de pontos críticos possibilita uma maior fluidez do tráfego e desempenha um papel fundamental em relação à prevenção de acidentes de trânsito. Ademais, como são conjugadas intervenções menores em um contrato, garante-se a economicidade em itens atinentes à administração local.

16.3.3. O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, assim a execução da obra ou do serviço é contratada por preço certo de unidades determinadas de modo que a remuneração do contratado será estabelecida com base nos quantitativos de serviços efetivamente executados e cujas características enquadram-se nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema.

16.3.4. No decorrer da atualização do projeto observaram-se alguns outros motivos que possibilitam variações de quantitativos, conforme relacionados abaixo.

16.3.4.1. Variabilidade na caracterização dos materiais escavados para terraplenagem;

16.3.4.2. Grande volume de escavações em cortes de material de 3ª e aterros de altura consideráveis;

16.3.4.3. Melhor conferência dos volumes existentes em jazidas e empréstimos definidos em projeto.

16.3.5. Há um estudo elaborado pela 1ª SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, atual SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS AEROPORTUÁRIAS E DE EDIFICAÇÃO – SECOB Edificação do TCU, que resultou no Acórdão TCU 1977/2013, onde, de acordo com o “Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU”, aprovado pela Portaria SEGECEX nº 38, de 08/11/2011, a adoção da empreitada por preço unitário é indicada para contratação de obras que apresentam incertezas intrínsecas nas estimativas de quantitativos, similares aos previstos neste Termo de Referência/Projeto Básico, conforme o quadro da Tabela seguinte, extraída do estudo do TCU:

VANTAGENS	DESVANTAGENS	INDICADA PARA:
<ul style="list-style-type: none">• Pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados;• Apresenta menor risco para o construtor, na medida em que ele não assume risco quanto aos quantitativos de serviços (riscos geológicos do construtor são minimizados); e• A obra pode ser licitada com um projeto com grau de detalhamento inferior ao exigido para uma empreitada por preço global ou integral.	<ul style="list-style-type: none">• Exige rigor nas medições dos serviços;• Maior custo da Administração para acompanhamento da obra;• Favorece o jogo de planilha;• Necessidade frequente de aditivos, para inclusão de novos serviços ou alteração dos quantitativos dos serviços contratuais;• O preço final do contrato é incerto, pois é baseado em estimativa de quantitativos que podem variar durante a execução da obra;• Exige que as partes renegociem preços unitários quando ocorrem alterações relevantes dos quantitativos contratados; e• Não incentiva o cumprimento de prazos, pois o contratado recebe por tudo o que fez, mesmo atrasado.	<ul style="list-style-type: none">• Contratação de serviços de gerenciamento e supervisão de obras;• Obras executadas "abaixo da terra" ou que apresentam incertezas intrínsecas nas estimativas de quantitativos, a exemplo de:<ul style="list-style-type: none">- Execução de fundações, serviços de terraplenagem, desmontes de rocha, etc.;- Implantação, pavimentação, duplicação e restauração de rodovias;- Canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento;- Infraestrutura urbana;- Obras portuárias, dragagem e derrocamento;- Reforma de edificações;- Poço artesiano.

Tabela - Vantagens e Desvantagens da Empreitada por Preço Unitário. Fonte: Acórdão TCU 1977/2013

16.3.6. A opção pela EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO tem arrimo no art. 46, inciso I, da [Lei nº 14.133/21](#).

16.4. Forma de Execução:

16.4.1. A opção é pela forma ELETRÔNICA, em atendimento ao art. 17, §2º, da [Lei nº 14.133/21](#) que indica que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

16.5. Modo de disputa:

16.5.1. Será adotado o modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 56, inciso I da [Lei nº 14.133/21](#).

16.6. Julgamento da proposta:

16.6.1. O critério de julgamento da licitação será o de MENOR PREÇO (artigo 33, I, da [Lei nº 14.133/21](#)).

16.6.2. O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

16.6.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do artigo 59 da [Lei nº 14.133/21](#).

16.6.4. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no Edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, [Lei nº 14.133/21](#)).

16.6.5. Conforme preceito da Lei nº 14.133/2021 no Artigo 59, § 4º: No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º, [Lei nº 14.133/21](#)).

16.6.6. Da forma exposta na legislação, considerando que a legislação faculta à administração a discricionariedade da realização de diligência;

16.6.7. Considerando a menção tácita no § 4º do Artigo 59 em que é manifestadamente inexequível propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração; e

16.6.8. Considerando que o TCU em publicações recentes, já tratando da NLLC, faz alusões à presunção relativa a ser seguida na interpretação do §4º do art. 59 da Lei 14.133/2021, a exemplo da Nota Técnica AudTI/TCU 8/2023, elaborada pela Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI) do Tribunal de Contas da União. O Ministro Bruno Dantas reconhece:

"8.12.6.3 Presunção relativa de inexequibilidade

684. Com relação ao § 1º do art. 48 da Lei 8.666/1993, deve ser observado o entendimento consolidado na Súmula - TCU 262, de modo que há a presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

685. Não se vê obstáculo para aplicar a súmula citada à Lei 14.133/2021, art. 59, § 4º.

686. Assim, deve-se considerar a presunção da inexigibilidade na aplicação do § 1º do art. 48 da Lei 8.666/1993 e do § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021. De acordo com a Lei 14.133/2021, art. 59, § 2º, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

(...)

690. Assim, embora haja critérios matemáticos na Lei 8.666/1993 e na Lei 14.133/2021, para aferir-se a inexequibilidade das propostas relativas a obras e serviços de engenharia, cuja aplicação foi aventada para outras contratações em julgados do TCU72, trata-se de presunção relativa, isto é, **a desclassificação não é automática**. A Administração deve dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Nesse caso há inversão do ônus da prova." (*Grifo nosso*)

16.6.9. **No caso de obras e serviços de engenharia, serão considerados indícios de inexequibilidade nas propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.**

16.7. **Critérios de aceitabilidade de preços:**

16.7.1. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de **10 (dez) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia.

16.7.2. A proposta de preços, que compreende a descrição, de forma clara e específica do material ou serviço ofertado pelo LICITANTE, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, mediante preenchimento do PLANO ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO, bem como o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, observado o disposto no art. 4º, inciso II e art. 29 e ss. da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022](#)IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

16.7.3. Serão exigidas todas as composições de custos unitários e auxiliares, Administração Local (Detalhada e Resumo), Mobilização e Desmobilização, Canteiro de Obras, Aquisição e Transporte de Material Betuminoso, conforme Edital e composições do SICRO, exceto aquelas que não possuem quantidades previstas.

16.7.4. O LICITANTE fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do SICRO, **mês-base ABRIL/2025**, sem desoneração, para o Estado do Maranhão e demais composições apresentadas neste Edital.

16.7.5. É necessário que o licitante apresente o Cronograma Físico-Financeiro, com estrutura de acordo com os modelos disponibilizados no Anexo correspondente adaptado à proposta.

16.7.6. **O Licitante deverá apresentar, conforme este Termo de Referência, as planilhas de composição do BDI, Encargos Sociais, Encargos Adicionais, Encargos Complementares, constando nestes todos os itens obrigatórios e essenciais para execução dos serviços, sob pena de desclassificação.**

16.7.7. **O LICITANTE não poderá apresentar preços superiores aos estabelecidos no orçamento referencial do DNIT**, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de preços unitários em qualquer dos grupos (equipamentos, mão-de-obra, material, tempo fixo ou momento de transporte), e quanto ao valor total do serviço, este não poderá ser superior ao do orçamento. À exceção dos insumos asfálticos, não serão permitidas alterações das jazidas e pontos de fornecimento dos materiais considerados nos itens de transporte previstos e, igualmente, a localização do canteiro deve ser seguida conforme foi prevista no orçamento referencial (as DMTs obrigatoriamente devem ser mantidas).

16.7.8. O licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada, uma vez que serão reajustados por índices específicos correspondentes. A Composição do BDI é encontrada Anexo ao Edital. Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante. Não serão permitidas reduções nas parcelas afetas a tributos do BDI (PIS, COFINS e ISSQN).

16.7.9. O custo previsto para cada profissional da mão-de-obra, caso seja inferior ao do orçamento-base, deverá ser justificado adequadamente, sendo discriminados o salário-base e encargos, e deve ser apresentada a legislação ou normativo que permitiu a oferta daquele valor.

16.7.10. O licitante deve informar, de pronto, qual foi a metodologia empregada para o levantamento dos custos relativos aos equipamentos (se foi o método preconizado no manual de composição de custos do SICRO ou outro) e, adicionalmente, encaminhar planilha "aberta" "editável" cristalinamente apontando as fórmulas e premissas adotadas (memória de cálculo) até chegar ao valor apresentado na proposta de preços (caso seja necessário se valer do preço de algum estabelecimento, apresentar, no mínimo, cotação específica do mesmo). Caso o valor de aquisição dos equipamentos seja inferior ao do SICRO, a possibilidade de empregar tal valor deve ser demonstrada por meio de documentação necessária e suficiente para tal fim (atentar para as definições e premissas do modelo de composição do SICRO). Por fim, caso o equipamento componha um serviço cujo valor unitário seja inferior a 75% do valor unitário do orçamento-base deste DNIT, obrigatoriamente as respectivas parcelas de impostos, manutenção, coeficiente de manutenção (k) e coeficiente de combustível (l/kwh) deste equipamento devem ter valor igual ao previsto no SICRO.

16.7.11. O licitante deve justificar a produtividade dos 15 itens mais relevantes da curva ABC de sua proposta de preços, se forem superiores às preconizadas no SICRO e, ainda, no caso de caber justificativa com memória de cálculo, apresentar tal planilha com formulações e metodologia. O ganho de produtividade perante o SICRO deve ser ampla e indubitavelmente comprovado, não bastando somente declarações de que "houve treinamento" ou que "a equipe é motivada", por exemplo. Ressalta-se que as produtividades adotadas no SICRO decorrem, no mínimo, de uma série de observações de comportamento da patrulha de equipamentos como um todo, além de formulações matemáticas num geral, que levam em consideração, inclusive, a capacidade física limite dos equipamentos envolvidos; assim sendo, para afirmar categoricamente que é possível superar a produtividade prevista no SICRO, faz-se necessário, igualmente, uma metodologia de observação e padronização de anotações de situações *in loco*, sendo insuficiente meramente afirmar que possui maior velocidade na execução ou que em outros contratos tal rapidez foi observada;

16.7.12. O licitante deve justificar os valores apresentados na proposta de preço (caso sejam inferiores aos do orçamento-base) para materiais péticos, areia, cimento, óleo diesel e asfálticos (estes últimos, tanto aquisição como transporte), apresentando cotação de fornecedor e/ou instrumento de repasse, se necessário. A licitante deve expressamente indicar todas as taxas componentes do custo dos mesmos, incluindo PIS, COFINS, ICMS e LDI (justificar de forma completa e derradeira tanto o percentual quanto o valor aplicado sobre o custo betuminoso); o licitante deve tornar o mais didático possível o "passo-a-passo" da memória de cálculo, discriminando o custo, desde o valor base, até aquele apresentado na planilha final de preços (encaminhar planilha "aberta" "editável");

16.7.13. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#));[ME/SEGES1]

16.7.14. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

16.7.15. O prazo de validade das propostas será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua assinatura.

17. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

17.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

17.2. **Habilitação jurídica:**

17.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

17.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

17.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-o-certificado-de-condicao-de-microempreendedor-individual>.

17.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

17.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de

18 de março de 2020.

17.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

17.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

17.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

17.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

17.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

17.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

17.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

17.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

17.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

17.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

17.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**

17.4.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será calculada através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro).

17.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, consoante art. 69, caput, inciso II, [Lei nº 14.133/21](#).

17.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observando ainda:

- a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

17.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil - RFB para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, conforme § 4º do art. 16 da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018](#).

17.4.5. Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total da proposta.

17.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da [Lei nº 14.133/21](#)).

17.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

17.4.8. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

17.5. **Qualificação Técnica:**

17.5.1. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

17.5.2. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

17.5.3. A Experiência Específica da Proponente para Habilitação Técnica estará condicionada à comprovação das seguintes exigências:

- a) Capacidade Operacional: A licitante (pessoa jurídica) deverá comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na Portaria nº 108, de 01/02/2008, do Ministério dos Transportes, complementadas pela [Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733), por meio de “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração”, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Capacidade Profissional: O “profissional técnico indicado” deverá comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na Portaria nº 108, de 01/02/2008, do Ministério dos Transportes, complementadas pela [Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733), por meio de “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração”, emitido por pessoa jurídica e registrado no Conselho Regional ou Entidade de Registro Profissional competente.

17.5.4. A licitante deverá apresentar Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.5.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

17.5.6. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade.

17.5.7. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

17.5.8. Para comprovar a aptidão à execução do objeto a ser contratado, a LICITANTE deverá atender às exigências quanto à capacidade técnica operacional e à capacidade técnica profissional.

17.5.9. **Quanto à capacitação técnico-operacional:**

17.5.9.1. A LICITANTE deve comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e que comprove ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na [Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733).

17.5.9.2. A comprovação deve ser feita por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA e/ou Conselho Profissional Competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade (**capacidade técnica operacional**).

17.5.9.3. A licitante deverá comprovar, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica devidamente registrado no conselho regional competente, ter executado

a qualquer tempo “**OBRAS DE ELIMINAÇÃO DE PONTO CRÍTICO E/OU CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA E/OU RESTAURAÇÃO RODOVIÁRIA**”, de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação, contendo os seguintes quantitativos dispostos no quadro de Capacidade Operacional, que correspondem a **50% (CINQUENTA POR CENTO)** dos totais dos itens mais relevantes e acima do percentual igual ou superior a **4% (QUATRO POR CENTO)** previstos no orçamento referencial, conforme determina a [Instrução Normativa nº 58, de 17/09/2021](#) (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022.

- 17.5.9.4. A LICITANTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo:
- a) Obras de Construção rodoviária e/ou Restauração rodoviária, de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação, contendo os serviços e quantitativos dispostos no quadro de Capacidade Operacional, que corresponde a **50% (cinquenta por cento)** do total do **ITEM DE MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL** previsto no orçamento referencial/projeto executivo, conforme Tabela a seguir:

QUADRO 01 - CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL					
LOTE	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)*		EXTENSÃO (km)		
Único	Descrição do item a ser comprovado	UNID.	Exigências Técnicas		
			Extensão total	Extensão exigida	Percentual
	Extensão total Pavimentada/ Restaurada	km	3,00	1,50	50%

Observação: Para a comprovação da exigência acima, em caso de licitantes individuais, **não é permitido** o somatório de atestados para o item a ser comprovado de Extensão total Pavimentada/Restaurada.*

- b) Obras de Construção rodoviária e/ou Restauração rodoviária, de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação, contendo os serviços e quantitativos dispostos no quadro de Capacidade Operacional, que corresponde a **50% (cinquenta por cento)** do total do **ITEM DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA** previsto no orçamento referencial/projeto executivo, conforme Tabela a seguir:

QUADRO 02 - CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL					
LOTE	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)*		QUANTIDADE (km)		
Único	Descrição dos serviços a Serem Comprovados	UNID.	Exigências Técnicas		
			Quantidade total	Quantidade exigida	Percentual
	Mistura Asfáltica para Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais	t	5.367,40	2.683,70	50%
	Base de solo melhorado com 3% de cimento e mistura na pista com material de jazida - 100% Proctor modificado	m³	5.045,60	2.522,80	50%

Observação: Para a comprovação da exigência acima, em caso de consórcio, será permitida a apresentação de 01 (um) atestado por empresa consorciada, os quais serão submetidos a uma ponderação na contabilização das quantidades atestadas em função do percentual de participação de cada empresa no consórcio.*

17.5.9.5. Em caso de licitantes individuais a relação de serviços acima e a vedação de somatório de atestados para sua comprovação decorre da relevância da execução dos mesmos nos empreendimentos rodoviários e, especificamente, a necessidade por parte da administração de garantir que a vencedora do certame detenha condições operacionais de mobilização, logística e planejamento, baseando-se na cautela da administração pública.

17.5.9.6. Em caso de CONSÓRCIO será permitida a apresentação de 1 (um) atestado por empresa, os quais serão submetidos a uma ponderação na contabilização das quantidades atestadas em função do percentual de participação de cada empresa no consórcio, conforme equação constante no Anexo I da [Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#).

17.5.9.7. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

- 17.5.9.7.1. declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- 17.5.9.7.2. autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado.
- 17.5.9.7.3. contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.
- 17.5.9.8. Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos constantes no quadro acima, os serviços executados pela licitante que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio:
- 17.5.9.8.1. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.
- 17.5.9.8.2. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- 17.5.9.9. A equipe técnica que participará da execução das obras ou serviços, constantes do projeto de engenharia, estará sujeita à aprovação do DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- 17.5.9.10. A licitante deverá apresentar Declaração formal de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “*in loco*” pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

17.5.9.11. Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela licitante de que possui os equipamentos de sinalização e segurança necessários com laudos de adequação técnica às normas brasileiras correspondentes. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “*in loco*” pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário. Alternativamente, pode ser apresentado contrato de locação futura com fornecedor que possua os elementos exigidos.

17.5.9.12. A Licitante deverá preencher as informações constantes do **QUADRO anexo - RELAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) EXECUTADO(S) PELO PROPONENTE COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO**.

17.5.10. **Quanto à capacitação técnico-profissional:**

- 17.5.10.1. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, em consonância ao disposto no art. 67 da [Lei nº 14.133/21](#).
- 17.5.10.2. O “profissional técnico indicado” deverá ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante elaborada conforme o disposto na [Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4, de 08 de março de 2022 (SEI nº 10705733). A comprovação deve ser feita por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participaram da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação (**capacidade técnica profissional**).

17.5.10.3. A licitante deverá obrigatoriamente apresentar, mediante o preenchimento do **Quadro anexo - RELAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) EXECUTADO(S) POR PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO(S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S) COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO** vinculados ao Quadro Permanente da Empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante Atestados e/ou Certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, a seguir relacionados:

CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL	
Lote(s)	Descrição dos serviços a Serem Comprovados
Único	Mistura Asfáltica para Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais
	Base de solo melhorado com 3% de cimento e mistura na pista com material de jazida - 100% Proctor modificado

17.5.10.4. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Somente serão aceitos atestados e/ou certidões de capacidade Técnico-Profissional devidamente registrados no CREA.

17.5.10.5. Para determinação do vínculo profissional deverá ser apresentado:

17.5.10.5.1. Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS em que conste o nome do profissional, ou;

17.5.10.5.2. Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou;

17.5.10.5.3. Contrato de prestação de serviço Futuro.

17.5.10.6. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa LICITANTE, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente devidamente atualizada, no caso de prestador de serviços com contrato escrito firmado com o LICITANTE, será aceita a declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o LICITANTE venha ser o vencedor do certame.

17.5.10.7. Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

17.5.10.8. A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Ditos atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, neles constando as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço), localização do serviço (rodovia, trecho, subtrecho, extensão ou ferrovia, hidrovia), serviços executados (discriminação e quantidades).

17.5.10.9. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

17.5.10.10. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

17.5.10.11. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal do serviço, deverá ser juntada à documentação:

17.5.10.11.1. Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;

17.5.10.11.2. Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa - FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;

17.5.10.11.3. Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

17.5.10.12. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

17.5.10.13. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

17.5.11. A licitante, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

17.6. Documentos a serem enviados:

17.6.1. Modelos de documentos a serem enviados via sítio eletrônico "[Compras.gov.br](#)" pelo licitante vencedor da fase de lances dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do agente de contratação:

a) Proposta de preços:

LOTE	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL
Único	22896	Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA, Eixo Principal, Trecho: ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI, Subtrecho: AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS, Segmento: Km 5,0 ao km 8,0; Pontos Localizados: km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para melhoramento do acesso ao bairro Maracanã), município de São Luís/MA.	Serviço	01		

Tabela - Informações [Compras.gov.br](#)

b) Orçamento conforme planilha no ANEXO A do Termo de Referência preenchida com os preços da licitante;

c) COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS de todos os serviços, incluindo as composições dos Serviços Auxiliares, composições dos tempos fixos, Administração Local – Detalhada e Resumo, Mobilização e Desmobilização, Canteiro de Obras, Aquisição e Transporte de Material Betuminoso, conforme Anexos A do Termo de Referência e composições do novo SICRO, mês-base: **ABRIL/2025. As composições que por ventura compuseram os estudos mas que não foram apresentadas quantidades previstas, deverão ser desconsideradas pela licitante, e caso sejam apresentadas não serão avaliadas pela comissão responsável pela licitação, não tendo validade;**

d) Cronograma Físico-Financeiro conforme ANEXO C do Termo de Referência;

e) Planilha dos Encargos Sociais, cujo modelo encontra-se no Volume 4 – Tomo 2 do Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes disponível no site <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/sistemas-de-custos/sicro/manuais-de-custos-de-infraestrutura-de-transportes/manuais-de-custos-de-infraestrutura-de-transportes>. Tal modelo de referência acima citado é do Estado do Rio de Janeiro e está separado por profissional, contudo, destaca-se que cada licitante deverá apropriar seus encargos próprios, podendo apresentar uma planilha única para todos os profissionais;

f) Planilha Consolidada contendo os Encargos Sociais, Encargos Adicionais, Encargos Complementares, conforme modelo da Tabela XX do Volume 4 –

Tomo 4 do Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes disponível no site <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/sistemas-de-custos/sicro/manuais-de-custos-de-infraestrutura-de-transportes/manuais-de-custos-de-infraestrutura-de-transportes>. Tal modelo de referência acima citado não corresponde a data base do orçamento da presente licitação e deve ser elaborado com os valores da licitante não podendo ser desconsiderados ou adotados valores inexequíveis em itens obrigatórios e/ou essenciais para realização do objeto licitado;

g) Composição da parcela de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) dos serviços de engenharia deste empreendimento, elaborada com os percentuais da licitante, conforme planilha modelo a seguir:

Composição da parcela de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)			
DESCRIÇÃO DAS PARCELAS		CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO RODOVIÁRIAS	
Despesas Indiretas		% sobre o PV	% sobre o CD
Administração Central	Variável - f (CD)	4,63%	6,00%
Despesas Financeiras	1,12% sobre (PV - Lucro)	1,03%	1,34%
Seguros e Garantias Contratuais	0,25% do PV	0,25%	0,32%
Riscos	0,50% do PV	0,50%	0,66%
Subtotal 1		6,41%	8,32%
Benefícios		% sobre o PV	% sobre o CD
Lucro	Variável - f (CD)	7,72%	10,00%
Subtotal 2		7,72%	10,00%
Tributos		% sobre o PV	% sobre o CD
PIS	0,65% do PV	0,65%	0,84%
COFINS	3,00% do PV	3,00%	3,89%
ISSQN	X,XX% do PV	X,XX%	X,XX%
Subtotal 3		X,XX%	X,XX%
Total – BDI (%)		X,XX%	X,XX%

h) Os custos tributários do ISSQN na composição do BDI foram calculados utilizando média ponderada, de forma proporcional à extensão de cada município em relação à extensão total do trecho e considerando a alíquota fixada na legislação tributária de cada município abrangido pela execução dos serviços. Ressalta-se que o ISSQN calculado é referencial, cabendo às empresas apurarem a legislação aplicável e as deduções possíveis de acordo com sua proposta.

i) Para os serviços com BDI Diferenciado no orçamento, os materiais deverão ser cotados separadamente pelo licitante e sobre a aquisição dos mesmos poderá incidir BDI máximo de 15% (quinze por cento) para a situação de orçamento onerado e de 21,24% (vinte e um inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) para a situação de apresentação de orçamentos desonerados.

17.6.2. Juntamente com a documentação de habilitação, a ser anexada em sistema próprio, deverá ser encaminhada uma carta assinada por Diretor(es), ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, claramente afirmando:

- Estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo DNIT;
- Que executará o (s) serviços (s) de acordo com o Termo de Referência, Especificações Gerais para Obras Rodoviárias e demais Normas e Instruções fornecidas pelo DNIT, Normas Técnicas da ABNT e àquelas complementares, que alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado, bem como prevenirá e mitigará o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e os moradores vizinhos e que demonstrará rotineiramente à Fiscalização o alcance em todos os serviços e na obra como um todo;
- Que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários para execução das obras de que trata o objeto do Edital e que estes deverão estar em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras. Estes equipamentos estarão sujeitos a vistoria “in loco” pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário;
- Que a qualquer momento e por necessidade dos serviços fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação do DNIT, sem ônus de mobilização para este, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;
- Que se compromete a estar pronto para a execução dos serviços a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, sob pena da configuração disposta no art. 162 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação e obteve os documentos necessários à formulação da proposta;
- Que executará os serviços de acordo com o (s) prazo (s) estabelecido (s) no Edital;
- Que providenciará, assim que for assinado o contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica do (s) responsável (is) técnico (s) indicados em sua proposta, junto ao CREA;
- Que implantará, no prazo determinado pelo eng.º fiscal do DNIT, as placas de obra e institucionais nas quantidades e modelos estabelecidos pelo Órgão;
- Que cumprirá as determinações constantes da NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- Que respeitará a Convenção Coletiva do Trabalho;
- Estar ciente de que, em virtude das concessões de Rodovias Federais que estão sendo planejadas pelo Governo Federal, o contrato poderá ser rescindido ou ter segmentos suprimidos por interesse da Administração antes do prazo de encerramento previsto, sem direito a qualquer tipo de reivindicação pela empresa contratada e sem qualquer ônus ao DNIT.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O orçamento estimado pela Administração é de **R\$ 10.207.991,30 (dez milhões, duzentos e sete mil, novecentos e noventa e um reais e trinta centavos)** e possui caráter **público**, conforme custos unitários apostos na "Tabela - Planilha de Quantidades e Preços".

18.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram extraídos das Tabelas do SICRO, Tabelas da ANP e Cotações. Mês base: **ABRIL/2025 - sem desoneração, BDI: 29,51%, BDI Diferenciado: 15,00%** e encargos sociais, adicionais e complementares, por categoria profissional, conforme Relatório Sintético de Mão-de-Obra e Manuais do SICRO.

18.3. Foram elaborados orçamentos nas condições de recolhimento de tributos onerada e desonerada, conforme orientação contida na [Instrução Normativa DNIT nº 62, de 17 de setembro de 2021](#) e, em conformidade com o art. 7º da [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#), dos quais adotou-se o menor orçamento - sem desoneração de mão de obra, garantindo assim maior economicidade à Administração Pública;

18.4. O Fator de Interferência de Tráfego calculado foi de **6,265%**, considerando o VMD da rodovia **BR-135/MA, segmento: km 5,0 ao km 8,0** e a proximidade de centros urbanos. O FIT foi aplicado em serviços com interferência do tráfego, conforme consta nas composições detalhadas.

18.5. Realça que as premissas básicas mais relevantes que pautaram a elaboração do orçamento referencial estão contidas nos seguintes documentos:

- Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, **mês-base ABRIL/2025** (sem desoneração), para o **Estado do Maranhão**;

- b) Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO publicado em 2017;
- c) [Informativo SICRO nº 01, de 2017](#);
- d) [Informativo SICRO nº 01, de 2021](#);
- e) [Instrução Normativa DNIT nº 62, de 17 de setembro de 2021](#), que regula critérios para utilização dos custos referenciais dispostos nos sistemas de custos referenciais do DNIT nos casos especiais que disciplina.
- f) [Instrução Normativa DNIT nº 1, de 24 de janeiro de 2023](#), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras e serviços de engenharia no âmbito do DNIT.

Tabela - Planilha de Quantidades e Preços

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Rodovia : BR135/MA
 Trecho : São Luís - Divisa MA/PI
 Subtrecho : Aeroporto do Tiniraul / Baixo Maracanã
 Segmento : km 5,0 ao km 8,0
 Extensão : 3,0 km

BDI / Serviços : 29,51%
 BDI / Form./Trans: 15,00%
 DATA BASE : Abril/2025

Sem Desoneração

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	NORMA	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO		VALOR TOTAL
						S/ BDI	C/ BDI	
	1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						
7000001	1.1	Mobilização e Desmobilização		un	2,00	R\$ 41.301,93	R\$ 53.490,13	R\$ 106.980,26
7000002	1.2	Administração Local		un	1,00	R\$ 951.452,51	R\$ 1.232.226,14	R\$ 1.232.226,14
7000003	1.3	Instalação de Canteiro de Obras		un	1,00	R\$ 9.543,99	R\$ 12.360,43	R\$ 12.360,43
		Sub-Total						R\$ 1.351.566,83
	2.0	TERRAPLENAGEM						
2501700	2.1	Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m		m²	17.760,00	R\$ 0,53	R\$ 0,69	R\$ 12.190,52
2501446	2.2	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 2.500 a 3.000 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira		m³	17.523,07	R\$ 9,28	R\$ 12,02	R\$ 210.601,51
4016096	2.3	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³		m³	22.584,85	R\$ 1,47	R\$ 1,90	R\$ 42.996,97
4914934	2.4	Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 10 m³ - carga com escavadeira de 1,56 m³ (excusiva) e descarga livre		t	42.346,59	R\$ 1,80	R\$ 2,33	R\$ 98.717,52
5914974	2.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário		tkm	172.393,24	R\$ 0,96	R\$ 1,24	R\$ 214.335,82
5914389	2.6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	516.247,86	R\$ 0,78	R\$ 1,01	R\$ 521.502,23
2502820	2.7	Escavação, carga e transporte de solos moles - DMT de 0 a 50 m		m³	180,00	R\$ 7,14	R\$ 9,25	R\$ 1.664,46
2502978	2.8	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal		m²	0,00	R\$ 5,09	R\$ 6,59	R\$ -
2503041	2.9	Compactação de aterros a 100% do Proctor intermediário		m²	22.584,85	R\$ 5,87	R\$ 7,60	R\$ 171.895,37
4413964	2.10	Regularização de bota-fora com espalhamento e compactação		m²	17.523,07	R\$ 3,92	R\$ 5,08	R\$ 88.960,98
		Sub-Total						R\$ 1.362.665,38
	3.0	PAVIMENTAÇÃO						
4011209	3.1	Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário		m²	27.602,18	R\$ 1,57	R\$ 2,03	R\$ 56.123,70
2501700	3.2	Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m		m²	6.571,95	R\$ 0,53	R\$ 0,69	R\$ 4.511,00
2502966	3.3	Expurgo de jazida		m³	985,79	R\$ 3,22	R\$ 4,17	R\$ 4.110,97
4011227	3.4	Sub-base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida - 100% Proctor intermediário		m³	3.257,56	R\$ 13,60	R\$ 17,61	R\$ 92.603,26
4011287	3.5	Base de solo melhorado com 3% de cimento e mistura na pista com material de jazida - 100% Proctor modificado		m³	5.045,64	R\$ 64,25	R\$ 83,21	R\$ 419.848,66
4011352	3.6	Imprimação com emulsão asfáltica		m²	25.102,69	R\$ 0,42	R\$ 0,54	R\$ 13.524,41
4011370	3.7	Tratamento superficial duplo com emulsão - brita comercial		m²	24.562,32	R\$ 4,67	R\$ 6,05	R\$ 148.555,79
4011353	3.8	Pintura de ligação		m²	24.562,32	R\$ 0,29	R\$ 0,38	R\$ 9.225,09
4011463	3.9	Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais		t	527,55	R\$ 507,78	R\$ 657,63	R\$ 346.927,38
4011463	3.10	Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais		t	4.839,87	R\$ 507,78	R\$ 657,63	R\$ 3.182.821,39
5914974	3.11	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário		tkm	80.742,23	R\$ 0,96	R\$ 1,24	R\$ 100.386,49
5914389	3.12	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	513.461,14	R\$ 0,78	R\$ 1,01	R\$ 518.687,14
4915659	3.13	Prasagem contínua de revestimento asfáltico - espessura de 7 cm		m²	700,35	R\$ 44,15	R\$ 57,18	R\$ 40.045,28
4915667	3.14	Remoção mecanizada de revestimento asfáltico		m²	857,56	R\$ 12,17	R\$ 15,76	R\$ 13.516,31
5914974	3.15	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário		tkm	80.742,23	R\$ 0,96	R\$ 1,24	R\$ 100.386,49
5914389	3.16	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	513.461,14	R\$ 0,78	R\$ 1,01	R\$ 518.687,14
5914464	3.17	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia em revestimento primário		tkm	0,00	R\$ 0,86	R\$ 1,11	R\$ -
5914479	3.18	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia pavimentada		tkm	4.684,12	R\$ 0,69	R\$ 0,89	R\$ 4.185,82
		Sub-Total						R\$ 5.574.276,32
	4.0	AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO						
500100	4.1	Aquisição de Emulsão Asfáltica para Serviço de Imprimação		t	32.633	R\$ 3.280,00	R\$ 3.772,00	R\$ 123.093,56
500101	4.2	Aquisição de emulsão asfáltica - RR-1C		t	11.053	R\$ 3.800,00	R\$ 4.370,00	R\$ 48.301,80
500102	4.3	Aquisição de Emulsão Asfáltica - RR-2C		t	91.617	R\$ 3.800,00	R\$ 4.370,00	R\$ 400.368,27
500109	4.4	Aquisição de CAP 50/70		t	0,000	R\$ 5.250,00	R\$ 6.037,50	R\$ -
500104	4.5	Transporte de Emulsão Asfáltica para Serviço de Imprimação		t	32.633	R\$ 828,62	R\$ 952,91	R\$ 31.096,88
500105	4.6	Transporte de Emulsão Asfáltica - RR-1C		t	11.053	R\$ 828,62	R\$ 952,91	R\$ 10.532,59
500106	4.7	Transporte de Emulsão Asfáltica - RR-2C		t	91.617	R\$ 828,62	R\$ 952,91	R\$ 87.303,46
500107	4.8	Transporte de CAP 50/70		t	0,000	R\$ 828,62	R\$ 952,91	R\$ -
		Sub-Total						R\$ 700.696,56
	5.0	DRENAGEM						
2501706	5.1	Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria		m³	906,58	R\$ 6,84	R\$ 8,86	R\$ 8.030,92
1507600	5.2	Enrocamento de pedra jogada - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	298,94	R\$ 151,37	R\$ 196,04	R\$ 58.603,98
1507679	5.3	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	239,58	R\$ 242,66	R\$ 314,27	R\$ 75.291,30
5914974	5.4	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário		tkm	2.927,13	R\$ 0,96	R\$ 1,24	R\$ 3.639,29
5914389	5.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada		tkm	34.179,56	R\$ 0,78	R\$ 1,01	R\$ 34.527,44
804013	5.6	Corpo de BTCC D = 0,40 m PA3 - areia, brita e pedra de mão comerciais		m	8,00	R\$ 269,46	R\$ 343,80	R\$ 2.750,38
804061	5.7	Boca de BTCC D = 0,40 m - escondução 0° - areia e brita comerciais - alas retas		un	4,00	R\$ 362,90	R\$ 469,99	R\$ 1.879,97
804041	5.8	Corpo de BTCC D = 1,00 m PA3 - areia, brita e pedra de mão comerciais		m	75,00	R\$ 923,43	R\$ 1.195,93	R\$ 89.695,06
804121	5.9	Boca de BTCC D = 1,00 m - escondução 0° - areia e brita comerciais - alas retas		un	6,00	R\$ 1.825,44	R\$ 2.364,13	R\$ 14.184,76
4815671	5.10	Reaterro e compactação com soquete vibratório		m²	540,00	R\$ 16,79	R\$ 21,74	R\$ 11.742,15
2003373	5.11	Meio-fio de concreto - MPC D3 - areia e brita comerciais - forma de madeira		m	2.865,80	R\$ 65,57	R\$ 84,92	R\$ 243.362,90
2003103	5.12	Entrada para descida d'água - EDA 01 A - areia e brita comerciais		un	26,00	R\$ 191,47	R\$ 247,97	R\$ 6.447,29
2003115	5.13	Entrada para descida d'água - EDA 01 B - areia e brita comerciais		un	0,00	R\$ 281,26	R\$ 364,26	R\$ -
2003389	5.14	Descida d'água de aterros tipo rápido - DAR 40-20 - areia e brita comerciais		m	261,00	R\$ 227,64	R\$ 294,82	R\$ 76.947,12
2003352	5.15	Sarjeta trapézoidal de canteiro central de concreto - S2CC 140-32 - areia e brita comerciais		m	1.194,00	R\$ 81,59	R\$ 105,55	R\$ 126.027,48
5914959	5.16	Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia em revestimento primário		tkm	0,00	R\$ 2,00	R\$ 2,71	R\$ -
5914614	5.17	Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia pavimentada		tkm	1.215,10	R\$ 1,70	R\$ 2,20	R\$ 2.675,24
5914254	5.18	Transporte com caminhão betoneira - rodovia em revestimento primário		tkm	0,00	R\$ 0,89	R\$ 1,15	R\$ -
5914269	5.19	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada		tkm	0,00	R\$ 0,72	R\$ 0,93	R\$ -
5914464	5.20	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia em revestimento primário		tkm	3,80	R\$ 0,86	R\$ 1,11	R\$ 4,23
5914479	5.21	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia pavimentada		tkm	42,05	R\$ 0,69	R\$ 0,89	R\$ 37,58
		Sub-Total						R\$ 755.847,09
	6.0	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL						
5213408	6.1	Pintura de faixa com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5 mm		m²	844,79	R\$ 48,47	R\$ 62,77	R\$ 53.030,42
5213403	6.2	Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm		m²	738,80	R\$ 18,87	R\$ 24,44	R\$ 18.057,63
5213407	6.3	Pintura de setas e zebrados com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm		m²	199,00	R\$ 32,65	R\$ 42,29	R\$ 8.414,72
5213442	6.4	Placa de regulamentação em aço D = 1,00 mm - película retrorrefletiva tipo I + II - fornecimento e implantação		un	14,13	R\$ 687,52	R\$ 890,41	R\$ 12.581,45
5213498	6.5	Placa em aço - 2,00 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + III - fornecimento e implantação		un	5,00	R\$ 1.011,11	R\$ 1.309,49	R\$ 6.547,44
5213572	6.6	Placa em aço - película III + III - fornecimento e implantação		m²	6,30	R\$ 615,79	R\$ 797,51	R\$ 5.024,31
5213352	6.7	Suporte polimérico ecológico macio colapsível quadrado de 8 cm para placa de sinalização - fornecimento e implantação		un	27,00	R\$ 1.126,23	R\$ 1.458,58	R\$ 39.381,67
5213668	6.8	Suporte metálico galvanizado para placas - 2,00 x 1,00 m - fornecimento e implantação		un	10,00	R\$ 1.117,24	R\$ 1.446,94	R\$ 14.469,38
5213392	6.9	Tache refletiva metálica - monodirecional tipo II - com um plano - fornecimento e colocação		un	1.320,00	R\$ 28,82	R\$ 37,32	R\$ 49.268,71
5213364	6.10	Remoção de placa de sinalização		m²	42,50	R\$ 20,69	R\$ 26,80	R\$ 1.136,81
5213835	6.11	Cone plástico para canalização de trânsito - utilização de 150 ciclos - fornecimento, 01 implantação e 01 retirada diária		un.dia	16.000,00	R\$ 0,77	R\$ 1,00	R\$ 15.955,63
5216116	6.12	Pebrização de balizador de concreto - seção circular de 10 cm - areia e brita comerciais		un	600,00	R\$ 16,25	R\$ 21,05	R\$ 12.627,23
5213842	6.13	Fita zebrada para dispositivos de canalização de trânsito - fornecimento, implantação e retirada		m	350,00	R\$ 0,12	R\$ 0,16	R\$ 54,39
5213850	6.14	Operação de sinalização por bandeirola de tecido ou com placa metálica		h	1.440,00	R\$ 21,34	R\$ 27,64	R\$ 39.797,90
5215944	6.15	Cavetele em perfil metálico para placa de sinalização - 1,00 m x 1,00 m - confecção		un	20,00	R\$ 228,38	R\$ 295,77	R\$ 5.915,50
5212260	6.16	Placa de advertência para sinalização de obras montada em suporte metálico móvel, lado 1,00 m - utilização de 600 ciclos - fornecimento, 01 implanta		un.dia	720,00	R\$ 3,92	R\$ 5,08	R\$ 3.655,29
5212257	6.17	Placa de regulamentação para sinalização de obras montada em suporte metálico móvel - D = 1,00 m - utilização de 600 ciclos - fornecimento, 01 impl		un.dia	540,00	R\$ 3,68	R\$ 4,77	R\$ 2.573,62
5212256	6.18	Placa para sinalização de obras montada em cavetele metálico - 1,00 x 1,00 m - utilização de 600 ciclos - fornecimento, 01 implantação e 01 retirada c		un.dia	20,00	R\$ 1,96	R\$ 2,54	R\$ 50,77
5212546	6.19	Suporte metálico móvel para placa de sinalização - confecção		un	112,00	R\$ 343,82	R\$ 445,28	R\$ 49.871,50
5213867	6.20	Transporte metálico galvanizado para marco quilométrico - fornecimento e implantação		un	3,00	R\$ 267,82	R\$ 735,38	R\$ 2.206,15
5915323	6.21	Transporte com caminhão carroceria de 5 t - rodovia em revestimento primário		tkm	212,64	R\$ 1,52	R\$ 1,97	R\$ 418,59
5915324	6.22	Transporte com caminhão carroceria de 5 t - rodovia pavimentada		tkm	2.356,04	R\$ 1,23	R\$ 1,59	R\$ 3.753,10
		Sub-Total						R\$ 344.794,21
	7.0	MEIO AMBIENTE						
4413905	7.1	Hidrosemeadura		m²	6.571,95	R\$ 6,93	R\$ 8,98	R\$ 58.983,51
4413920	7.2	Adequação de cobertura por equipamento de hidrosemeadura em áreas de semeadura via seca ou de hidrosemeadura		m²	6.571,95	R\$ 0,57	R\$ 0,74	R\$ 4.851,46
4413951	7.3	Plantio de muda de árvore frutífera com altura até 1,00 m em covas de 0,60 x 0,60 x 0,60 m		un	19,00	R\$ 52,28	R\$ 67,71	R\$ 1.286,45
4413986	7.4	Regularização de superfície com motorveladora		m²	6.571,95	R\$ 0,07	R\$ 0,09	R\$ 595,79
5914464	7.5	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia em revestimento primário		tkm	8,39	R\$ 0,86	R\$ 1,11	R\$ 9,35
5914479	7.6	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia pavimentada		tkm	92,99	R\$ 0,69	R\$ 0,89	R\$ 83,09

[illegible]

19. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

19.1. De acordo com a Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020, que dispõe sobre a Regularização Ambiental Federal de Rodovias Federais pavimentadas, é necessária a aquisição da Autorização de Operação para execução dos serviços contratados.

19.2. A CONTRATADA deverá verificar junto à Superintendência Regional se a Autorização de Operação foi emitida para o Estado e somente mediante a obtenção da Autorização de Operação, ficam autorizadas as atividades descritas no art. 10 da Portaria supracitada (P I nº 1, de 2020).

19.3. Caso não tenha sido emitida, deverá prosseguir de acordo com as regras de transição, determinadas pelo art. 16, § 4º da Portaria Interministerial nº 1, de 2020:

Art. 16. As rodovias objeto desta Portaria sujeitas a licenciamento ambiental ou em processo de regularização ambiental federal deverão se adequar às disposições ora previstas.

[...]

§ 4º Até a emissão de Autorização de Operação prevista nesta Portaria, devem ser observadas as seguintes regras de transição:

I - Nos trechos rodoviários enquadrados nesta Portaria e que foram contemplados em TCRA's, ficam autorizadas as atividades previstas no art. 8º da Portaria Interministerial MMA/MT nº 288, de 2013, e no art. 19 da Portaria MMA nº 289, de 2013, desde que observados os respectivos procedimentos de comunicação prévia ao órgão licenciador e de mitigação e controle ambiental; e

II - Nos trechos rodoviários enquadrados nesta Portaria e que não foram contemplados em TCRA's, ficam autorizadas apenas as atividades de manutenção e desde que sejam adotados os procedimentos de comunicação prévia ao órgão licenciador e de mitigação e controle ambiental similares aos exigidos nas hipóteses do inciso I deste parágrafo.

19.4. Na transição, de acordo com o Parágrafo 1º, do artigo 19, da Portaria nº 289/2013 (MMA), revogada parcialmente pela Portaria nº 365/2014 (Altera o Anexo II da Portaria nº 289, de 16 de julho de 2013), as atividades de manutenção autorizadas no âmbito do PROFAS deverão ser comunicadas ao IBAMA, para manifestação, mediante Relatório de Comunicação de Obras (RCO), com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias antes do seu início. O modelo para confecção do RCO será disponibilizado pelo DNIT.

19.5. A CONTRATADA deverá apresentar à respectiva Unidade Local do DNIT o Relatório de Comunicação de Obras, que será avaliado pela Superintendência Regional e, caso necessário, devolvido para alterações ou complementações.

19.6. Tais informações, Relatório de Comunicação de Obras e a Caracterização da Área de Preservação Permanente ou Inventário Florestal, devem ser apresentados, em prazo hábil, pela CONTRATADA à Unidade Local respectiva do DNIT para validação e, será encaminhado pela Superintendência Regional ao IBAMA com cópia à Coordenação-Geral de Meio Ambiente - CGMAB, para os devidos trâmites necessários ao cumprimento das determinações do PROFAS, de forma a possibilitar o atendimento aos prazos previstos na Portaria nº 289/2013 (MMA).

19.7. No âmbito da Regularização Ambiental Federal de Rodovias Federais Pavimentadas, se faz obrigatória a CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), caso não seja necessária a supressão de vegetação com rendimento lenhoso ou de espécies legalmente protegidas, ou o INVENTÁRIO FLORESTAL que deverá ser apresentado à fiscalização do contrato para os casos em que haja necessidade de supressão vegetal com rendimento lenhoso ou de espécies legalmente protegidas. O inventário florestal será protocolado no IBAMA para obtenção da Autorização de Supressão Vegetal – ASV, que permitirá acesso à APP para execução dos serviços contratados. A definição de rendimento lenhoso se encontra no inciso XV, do art. 3º, da Portaria Interministerial nº 1, de 2020.

19.8. Os pedidos de Autorização para Supressão Vegetal (ASVs) específicas das atividades a serem realizadas em tais segmentos em regularização ambiental deverão ser solicitadas pela CONTRATADA via Superintendência Regional à CGMAB, para que sejam realizadas via SINAFLOR, conforme orientações já encaminhadas por meio do Ofício-Circular nº 4498/2020/CRIAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE de 15/09/2020 (SEI nº 6437862).

19.9. Destacamos que a supressão de vegetação exótica é dispensada de ASV, ainda que mediante geração de rendimento lenhoso, conforme informado através dos Memorandos Circulares nº 959/ 2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE de 20/04/2018 (SEI nº 0880537) e nº 1298/2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE de 09/05/2018 (SEI nº 1009349).

19.10. Ainda, conforme os Ofícios nº 117/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC (SEI nº 2875913) de 21/03/2019, nº 375/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC (SEI nº 4340391) de 17/10/2019 e o Ofício-Circular nº 3721/2019/ACE - DPP/DPP/DNIT SEDE de 08/10/2019, a supressão de vegetação em OAEs com notas 1 e 2 no Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais (SGO), por se tratar de situação excepcional, envolvendo riscos maiores à integridade humana e do meio ambiente, as obras com urgência e emergência, poderão efetuar intervenção imediata para conter e recuperar a área, visando exclusivamente a retomada do seu pleno tráfego, sem necessidade de solicitar manifestação prévia ao IBAMA.

19.11. Persiste a necessidade de Licenciamento Ambiental das áreas de uso, como jazidas, áreas de empréstimo e bota-fora, vinculadas às obras. Deste modo, salienta-se que a Instrução Normativa nº 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9244340) dispõe sobre a responsabilidade ambiental das construtoras contratadas pelo DNIT, ou a que a venha substituir.

20. SEGURANÇA VIÁRIA DURANTE AS INTERVENÇÕES

20.1. Em vias ou trechos com obras, a sinalização específica e adequada é indispensável. A sinalização da via é composta por placas (sinalização vertical) e pintura no pavimento (sinalização horizontal).O objetivo da sinalização é garantir a segurança na circulação dos veículos.

20.2. Todas as intervenções na rodovia sob responsabilidade da Contratada devem seguir rigorosamente as normas e projetos-tipo do [Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias \(IPR-738, 2010\)](#) publicado pelo DNIT, disponível em <http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/publicacoes>.

20.3. As intervenções a serem realizadas devem seguir os Projetos - Tipo do Manual enumerados segundo a tabela a seguir:

INTERVENÇÃO	PROJETO-TIPO (IPR-738)	OBSERVAÇÃO
Intervenção fora da pista	Tipo 01	Não deve haver veículos da obra parados ou estacionados no acostamento ou pista.
Bloqueio do acostamento	Tipo 02	Em obras com até 1 dia de duração, podem ser utilizados cones.
Intervenção com bloqueio de 1 sentido de circulação e operação PARE e SIGA	Tipo 06	Aplicada para obras com duração maior que 04h. Em obras com até 1 dia é facultado utilizar cones, caso se prolongue, devem ser utilizados barreiras ou cilindros. Em caso de obras mais célere, utilizar tipo 26.
Intervenção com bloqueio de 1 sentido de circulação e operação PARE e SIGA	Tipo 26	Aplicada apenas para obras móveis, ou seja, com duração até 04h. Em caso de obras mais longas, utilizar tipo 06.

- 20.4. Os Projetos-tipo devem ser adequados de acordo com as instruções da Publicação IPR-738 de forma que a pré-sinalização não seja iniciada nem em curvas horizontais, nem em curvas verticais, garantindo a todo momento a visibilidade mínima da primeira placa de advertência de 200 m.
- 20.5. As frentes de ataque que permaneçam mobilizadas durante o período noturno, mesmo sem que haja intervenções no período, devem prever dispositivos luminosos para aumentar a visibilidade.
- 20.6. A sinalização deve permanecer na via apenas pelo tempo necessário para execução da intervenção, devendo ser retirada ou coberta quando a obra não tiver mais interferência com o tráfego.
- 20.7. Qualquer sinalização permanente que conflite com a sinalização de obras deve ser coberta durante a execução da intervenção.
- 20.8. Antes do início dos trabalhos na rodovia, deve ser realizado treinamento com todos aqueles que estarão envolvidos na execução das intervenções. O conteúdo mínimo do treinamento deve contemplar:
- 20.8.1. Segurança ao trabalhar em rodovia;
- 20.8.2. Uso do EPI;
- 20.8.3. Implantação e retirada da sinalização de obras;
- 20.8.4. Situações de emergência.
- 20.9. O material deve atender às normas enumeradas:
- a) Norma ABNT NBR 7.394:2017 – Balizador em suporte plástico;
- b) Norma ABNT NBR 14.644:2013 – Sinalização vertical viária-películas;
- c) Norma ABNT NBR 15.071:2015 – Cones para sinalização de tráfego;
- d) Norma ABNT NBR 15.692:2009 – Cilindro canalizador de tráfego;
- e) Norma ABNT NBR 16.330:2014 – Cavaletes e barreiras tipos I, II e III;
- f) Norma ABNT NBR 16.331:2014 – Barreira plástica de canalização.
- 20.10. Após a realização de obras, a via somente poderá ser reaberta ao tráfego se estiver devidamente sinalizada, de forma a garantir condições de segurança aos usuários, em conformidade com o art. 88 do [Código de Trânsito Brasileiro](#).
- 20.11. Quaisquer dúvidas ou disputas no entendimento da Publicação IPR-738, a Fiscalização deve consultar a Coordenação de Engenharia de Trânsito da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária (CET-DIR) para dirimir os pontos em questão.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 21.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - **Gestão/Unidade:** 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;
- II - **UASG/UGR:** 393030 na Declaração de Existência de Recursos DISPEO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MA - DNIT;
- III - **Fonte de Recursos:** 1000;
- IV - **Dotação/Programa de Trabalho:** 26.782.3106.163Q.0020 / 00MA. Cumpre ressaltar que os empenhos a serem realizados, bem como o cumprimento dos desembolsos financeiros no decorrer da obra/serviço, dependerão da liberação de limite para movimentação, empenho e pagamento. Assim, a dotação está sujeita a alterações orçamentárias.
- V - **Declaração de Compatibilidade com o Plano Plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício Financeiro:** Na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários 2025/1949 (22655559) e na Declaração Exigida na Lei de Resp. Fiscal 2025/1949 (22655564) (artigos 15 a 17) constam informações de que a despesa prevista para o empreendimento se encontra no Plano Plurianual – PPA 2024-2027 tendo adequação orçamentária e financeira com a Lei nº 15.121 de 10 de abril de 2025 e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO (Lei nº 15.080 de 30/12/2024).
- VI - **Elemento de Despesa:** 449039;
- VII - **Plano Interno:** MT00802;
- 21.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22. RESPONSÁVEIS/CONTATO

- 22.1. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto à Unidade Local de Pedrinhas, conforme informações abaixo:
- Eng.º Wallace Alan Blois Lopes - Analista de Infraestrutura em Transportes. Telefones: (98) 2107-4034 / (98) 2107-4554. Endereço: Rua Jansen Muller, nº 37, Centro, São Luís/MA. CEP 65.020-290.
 - Eng.º Glauco Henrique Ferreira da Silva - Coordenador de Engenharia Terrestre. Telefones: (98) 2107-4516 / (98) 2107-4547. Endereço: Rua Jansen Muller, nº 37, Centro, São Luís/MA. CEP 65.020-290.

23. ANEXOS

- 23.1. Integram o presente Termo de Referência os seguintes anexos:
- 23.1.1. **ANEXO I** - Termo de Referência - **Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA**
- 23.1.2. **ANEXO II** - Projeto Executivo de Engenharia para Tratamento de Segmentos Críticos na BR135/MA no segmento entre os km 5,0 e km 8,0. Disponível no documento (SEI nº 17203337 e 24033560, constante do processo SEI nº 50615.001596/2023-18.).
- 23.1.3. **ANEXO III** - Quadros Habilitação - Capacitação e Qualificação
- Quadro 1: Relação dos serviços executados por profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto da licitação;
- Quadro 2: Relação dos serviços executados pelo proponente compatível(is) com o objeto da licitação;

Quadro 3: Relação e vinculação da equipe técnica; e
Quadro 4: Identificação, formação e experiência da equipe técnica.

23.1.4. ANEXO IV - Quadros Planilhas

Quadro 1: Orçamento base;
Quadro 2: Orçamento base (Editável);
Quadro 3: Cronograma Físico-Financeiro;
Quadro 4: Cronograma Físico-Financeiro (editável);
Quadro 5: Composições de preços unitários;
Quadro 6: Composições de preço unitário (editável);
Quadro 7: BDI;
Quadro 8: DMT;
Quadro 9: Resumo administrações / canteiro;
Quadro 10: Curva ABC de Serviços.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Conforme Portaria nº 2334, de 09 de maio de 2024, publicada no Boletim Administrativo nº 90 de 10 de maio de 2024 (SEI nº 17761787), o Superintendente Regional do DNIT no Estado do Maranhão - SRE-MA/DNIT **APROVA** o Projeto Executivo de Engenharia para Tratamento de Segmentos Críticos na BR135/MA no segmento entre os km 5,0 e km 8,0. Disponível no documento (SEI nº 17203337 e 24033560).

24.2. Por meio Despacho CONRÊNCIA CET - MA (SEI nº 17887334), o Coordenador de Engenharia Terrestre/SRE-MA, **AUTORIZA** a elaboração do presente Termo de Referência, na modalidade CONCORRÊNCIA, formato ELETRÔNICO, visando à Contratação de empresa(s) para executar as **Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA**, Eixo Principal, **Trecho:** ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI, **Subtrecho:** AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS, **Segmento:** Km 5,0 ao km 8,0; **Pontos Localizados:** km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para melhoramento do acesso ao bairro Maracanã), município de São Luís/MA.

24.3. A atualização dos custos orçamentários (com **Data-base:** ABRIL de 2025/Maranhão – SEM DESONERAÇÃO.) foi promovida pelo CONSÓRCIO GEOSISTEMAS-SETEC, no âmbito do Contrato nº 15 00464/2024.

24.4. A responsabilidade pela exatidão de todos os quantitativos, distâncias de transporte e demais elementos integrantes do orçamento é de responsabilidade dos projetistas, conforme respectivas Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Os projetos executivos fazem parte do arquivo "00 - PROJETOS RETORNO - EDITÁVEIS.zip" constante do anexo (SEI nº 17203337 e 24033560).

24.5. Os serviços deverão ser executados guardando obediência aos preceitos de desenvolvimento sustentável, aos critérios de sustentabilidade ambiental, aos princípios estabelecidos na Política Ambiental do Ministério dos Transportes, às políticas ambientais e diretrizes ambientais estabelecidas pelo DNIT e, atendendo ainda, às disposições deste Termo de Referência.

24.6. Todos os trabalhos serão desenvolvidos obedecendo a um sistema de planejamento e controle previamente acordado com a fiscalização a qual ficará encarregada, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, de fiscalizar os serviços previstos neste Termo de Referência.

24.7. Os materiais industrializados e naturais a serem empregados nas obras deverão ser de boa qualidade e enquadrar-se nas normas e especificações do DNIT.

24.8. A remuneração pelo transporte de todo e qualquer material empregado encontra-se inserido no custo unitário dos respectivos serviços.

24.9. O Contratado deverá apresentar o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO conforme Anexo do edital.

24.10. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO da licitante deve atender às exigências do Edital e seu(s) anexo(s) e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse Cronograma de licitação, será ajustado um Cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

24.11. Este ajuste poderá se repetir, gerando novos cronogramas, desde que devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

24.12. A aceitabilidade da obra deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução do Projeto de Engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

24.13. Os serviços serão medidos mensalmente com adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários, conforme Instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

24.14. O pagamento de parcelas observará ainda o disposto na [Instrução Normativa nº 67/DNIT SEDE, de 07 de outubro de 2021](#), alterada pela [Instrução Normativa nº 2 de 25 de janeiro de 2023](#).

24.15. No processo de medição, deverá constar a(s) real(is) alíquota(s) de ISSQN adotada(s) pelo(s) respectivo(s) Município(s).

24.16. Nas medições que abrangem mais de um município, o cálculo deverá ser realizado por município abrangido, sendo vedada a utilização do critério da média ponderada entre os diversos municípios e suas alíquotas.

24.17. No caso de se verificar que o percentual de ISSQN nos Municípios é inferior àquele considerado na proposta da empresa, será procedido o estorno dos valores excedentes nas medições.

24.18. A Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

24.19. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

24.20. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

24.20.1. não produzir os resultados acordados;

24.20.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

24.20.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

24.21. Após aprovação dos serviços e documentação, a Contratada emitirá e apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is), na sede da Superintendência Regional para o atesto do Fiscal do Contrato e do Superintendente Regional, para posterior encaminhamento à Coordenação-Geral competente para providências.

24.22. O DNIT pagará à executora, pelos serviços contratados e realizados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

24.23. Verificada a qualidade e o atendimento dos serviços executados às normativas, instruções e manuais do DNIT, será procedida a medição dos serviços. Emitido o Atestado de Conformidade, o contratado deverá apresentar na sede da Superintendência Regional respectiva, as Notas Fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenação Geral competente após devidamente atestada pela Superintendência Regional.

24.24. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal e inexistência de débitos trabalhistas. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do art. 137, da [Lei nº 14.133/21](#).

24.25. O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais ou faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 62 a 70 da [Lei nº 14.133/21](#).

24.26. O pagamento será efetuado pela Contratante observado o prazo de **30 (trinta) dias** contados a partir da data de atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do

contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado. O atesto na Nota Fiscal/Fatura está condicionado a medição prévia dos serviços pelo fiscal do contrato.

24.27. A Administração Local será remunerada proporcionalmente à execução financeira do contrato, em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU-Plenário e Manual de Custos do novo SICRO.

24.28. O Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a Administração Local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à Administração Local serão realizados conforme a execução financeira da obra.

24.29. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

24.30. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DNIT.

25. DECLARAÇÃO/ASSINATURA

25.1. Declaro que sou responsável pela elaboração destes Atos Preparatórios e Termo de Referência (Anexo I), que correspondem à "Contratação de empresa(s) especializada(s) para **Execução das Obras de Eliminação de Pontos Críticos, com Implantação e Pavimentação de Retornos na Rodovia Federal BR-135/MA**, Eixo Principal, **Trecho:** ENTRADA DE SÃO LUÍS – DIV. MA/PI, **Subtrecho:** AEROPORTO DO TIRIRICAL / PONTE ESTREITO DOS MOSQUITOS, **Segmento:** Km 5,0 ao km 8,0; **Pontos Localizados:** km 5,5 (Retorno para o Posto Maracanã) e km 7,5 (Retorno para melhoramento do acesso ao bairro Maracanã), município de São Luís/MA, **Lote:** Único" para constar como anexo ao Edital.

25.2. Declaro, ainda, que o Projeto Executivo de Engenharia contém o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados.

25.3. O presente Termo de Referência está adequado ao que dispõe o art. 6º, XXIII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como ao que dispõe o art. 3º, I, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022](#).

(assinado eletronicamente)

Eng.º WALLACE ALAN BLOIS LOPES

Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos/SPP/SRE-MA/DNIT

25.4. O presente Termo de Referência, por se tratar de peça de cunho técnico conta com a apreciação e concordância das instâncias, a seguir elencadas, no exercício da fiscalização hierárquica:

25.5. **Ciente e de acordo.** Concorde com as informações contidas nos Atos Preparatórios e seus anexos para licitação, além disso estou de acordo com as informações prestadas na(s) declaração(ões) e assinatura(s) acima, e recomendo sua aprovação.

(assinado eletronicamente)

GLAUCO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

Coordenador de Engenharia Terrestre/SRMA

25.6. **Ciente e de acordo.** Aprovo as informações contidas nos Atos Preparatórios e seus anexos para licitação, além disso estou de acordo com as informações prestadas na(s) declaração(ões) e assinatura(s) acima.

(assinado eletronicamente)

JOÃO MARCELO SANTOS SOUZA

Superintendente Regional no Estado do Maranhão/DNIT

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Henrique Ferreira Da Silva, Coordenador de Engenharia Terrestre**, em 12/03/2026, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Alan Blois Lopes, Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos**, em 13/03/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Marcelo Santos Souza, Superintendente Regional no Estado do Maranhão**, em 16/03/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24033728** e o código CRC **B77DBC77**.